XXVI Jornada do Gelne

Área Temática 21
Tradições discursivas e estudos filológicos

ANAIS ELETRÔNICOS DA XXVI JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE

Capítulo da obra *Pesquisas em Língua, Linguística e Literatura no Nordeste: uma Jornada de quase 40 anos do Gelne.* ISBN 978-85-66530-69-8

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

A SIMBOLOGIA ZODIACAL E O DISCURSO DO HORÓSCOPO EM SUPORTES MIDIÁTICOS: UM OLHAR PARA AS TRADIÇÕES IMAGÉTICO-DISCURSIVAS

DANÚBIA BARROS CORDEIRO (IFRN)[1]

Introdução

O norte da discussão apresentada nesta pesquisa seguirá o pressuposto básico de que os discursos correspondem à materialização da língua, a qual se estrutura enquanto sistema simbólico, social, histórico e cultural; e de que ambos, discurso e língua, se manifestam das/nas práticas sociais. Nesse sentido, os traços de mudança e de permanência verificados no percurso histórico de um discurso marcam traços de mudança e de permanência no funcionamento da língua em meio às práticas sociais. Portanto, tais transformações extrapolam as questões puramente linguísticas, estando relacionadas, principalmente, às condições de produção discursivas.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo analisar alguns símbolos zodiacais e discursos dos horóscopos a fim de observar as marcas de permanências e os traços de mudanças que lhes dão base, tendo como objeto de estudo horóscopos publicados em suportes midiáticos, como revistas online, em especial as femininas, jornais online, sites astrológicos atentando para as marcas de permanência e os traços de mudanças dos textos.

O referencial teórico que balizará a análise do *corpus* é o proposto por Kabatec, a partir do conceito de Tradições Discursivas, procurando observar as leituras e os sentidos ancorados pelas redes de memória. Além disso, este trabalho procu-

1. Professora Doutora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus avançado de Parelhas, RN.

ra fazer uma ponte com os estudos culturais, principalmente no que diz respeito à questão da identidade, em especial a feminina.

O que se pode perceber é que as mudanças nas Tradições Discursivas percebidas no gênero horóscopo visam atender às novas identidades femininas.

Tradições discursivas

O conceito de Tradições Discursivas (doravante TD) surge na década de 1980 na Alemanha, em especial dentro da linguística românica, aplicando-se, atualmente, também, no campo dos estudos históricos do português brasileiro. Este conceito é fortemente influenciado pelas ideias da escola de Eugênio Coseriu, a partir da diferenciação entre sistema, o nível universal da língua, ou seja, a atividade de falar em qualquer idioma; norma, nível histórico da língua; e fala, nível individual, da materialização, representado pelos textos e discursos concretos.

Portanto, a tradição ou a evocação que perpassa um gênero ou enunciado específico pode configurar-se tanto como tradição linguística ou estrutural, como também, enquanto Tradições Discursivas, trazendo à tona dizeres cristalizados na memória social de uma comunidade.

As Tradições Discursivas se relacionam, pois, com o fato de um falante de uma língua, frente ao um processo comunicativo, se ancorar em "já-ditos" no âmbito social para produzir seus discursos, trata-se de um acesso inconsciente à memória.

Um autor que verticalizou os estudos de Coseriu e trouxe grande contribuição para os estudos em TD foi o linguista Johannes Kabatek. Para ele, os discursos que circulam na sociedade são modelados por "[...] tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, nas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever" (KABATEK, 2006, p. 3).

O elemento que define as TD, para Kabatek (2006, p. 510), é "a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo." Esse "algo" se materializa tanto pela repetição total do texto inteiro, como pela sua repetição parcial, ou ainda, apenas pela repetição estrutural, ausentando-se da total retomada do texto/discurso.

Kabatek (2006) informa que para que haja uma TD são necessários três condições. A primeira delas é que uma TD precisa ser discursiva, ou seja, repetições

não linguísticas são excluídas. Assim, repetições na pintura, na arquitetura, nos fenômenos da natureza etc., podem ser considerados tradições, mas não Tradições Discursivas. A segunda condição é que, mesmo havendo repetição de elementos linguísticos, esta não formará necessariamente uma TD, apesar de que toda TD se constrói a partir de uma repetição. Por exemplo, o uso de palavras como "que", "pois", "é", "não", as quais são repetidas inúmeras vezes em diversas circunstâncias, não é capaz de transformá-las em uma TD. A terceira e última condição diz respeito ao conteúdo de um texto/discurso. Segundo Kabatek (2006) a mera repetição da comunicação de um conteúdo, apesar de ser algo linguístico e repetível, ainda assim, não é considerada uma TD, "[...] mas são repetições que podem estar intimamente ligadas às TD, ligadas mediante o que chamamos a evocação" (KABATEK, 2006, p. 510-511).

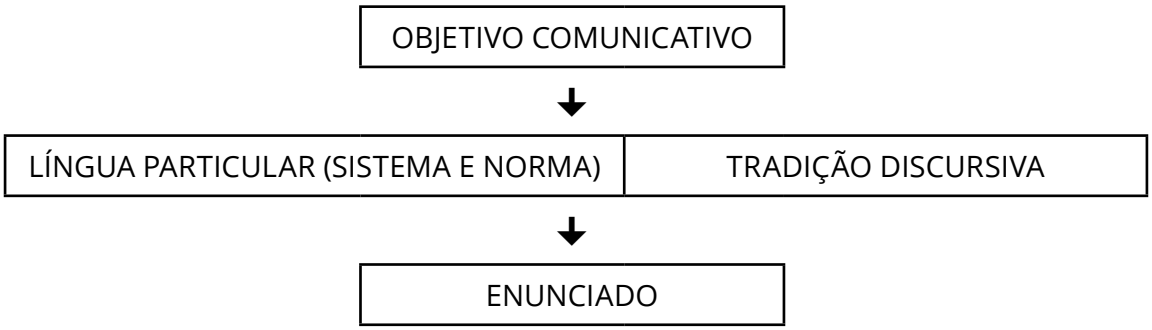
Antes de ter apresentado estas condições para constituir uma TD, Kabatek (2006) pontua a necessidade de ampliação do conceito de TD, a fim de que este possa atuar de forma útil. Assim, Kabatek (2006, p. 512) sugere o seguinte conceito.

> Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados.

Esta é a definição de TD que assumimos de Kabatek, já que a apresentada anteriormente traz uma confusão entre discurso, fala e enunciado. Apesar desta ainda limitar a TD ao âmbito das representações apenas linguísticas.

No texto *Tradições discursivas e mudança lingüística*, Kabatek (2006), traz o seguinte esquema a fim de melhor elucidar as condições de produção dos enunciados:

Esquema 1: Tradições discursivas



(KABATEK, 2006, p. 161)

Nessa perspectiva, o autor sustenta que os enunciados, quer escritos quer oralizados, estão sujeitos automaticamente a dois filtros, quais sejam: às escolhas linguísticas, por parte do escritor/falante, diante do conjunto de regras e itens disponíveis numa língua em particular; bem como, à submissão que o sujeito faz de sua produção linguístico-textual ao filtro das TD, que o guiará na escolha do gênero discursivo mais adequado frente ao seu objetivo comunicativo. Isso porque, de acordo com Kabatek (2006, p. 509) "[...] os gêneros são tradições de falar, mas nem todas as tradições de falar são gêneros".

Desse modo, constata-se que as TD são constituídas a partir da constante evocação de formas textuais/discursivas situadas numa memória social que, nesse processo de retomada e repetição, tanto conservam traços linguísticos e/ou discursivos, chamados de "traços de permanência", quanto apresentam inovações, atualizações, os "vestígios de mudança". Vale ressaltar que, ao longo do tempo, as TD podem sofrer diversas mudanças, resultando, inclusive, numa realidade bastante diferente da inicial.

Tradições imagético-discursivas: uma ressignificação

Nesse tópico, procuramos ampliar a noção de TD proposta por Kabatek (2006), visto que, na nossa concepção, as tradições não se restringem apenas à linguagem verbal, em suas formas oral e escrita, materializadas em textos/discursos recorrentes; mas também, dizem respeito à linguagem não verbal, aos elementos extralinguísticos, através dos registros simbólicos, bem como da *performance* dos gestos

e dos movimentos, das imagens, os quais dependendo do contexto, mudam de sentido e também são interpretados pelos sujeitos.

Diante disso, questionamo-nos: A evocação de uma tradição só é concretizada na fala ou na escrita? O que evoca, então, a pintura, as imagens, os desenhos, os símbolos, as performances dos gestos e movimentos?

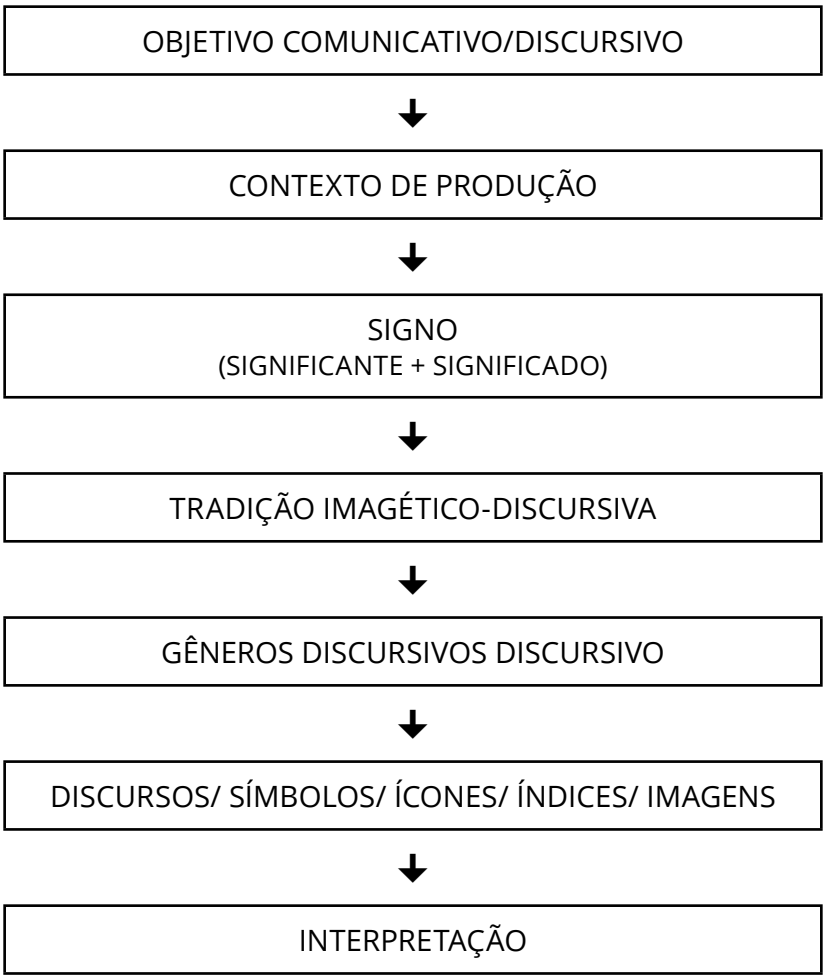
Como alega Kabatek (2006, p. 7), a TD é "[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de **signo** próprio [portanto é significável]". Entretanto, na perspectiva da teoria da comunicação, podemos observar o signo, composto por elementos como o significante e o significado, o qual não se limita a materialização textual/discursiva na fala ou na escrita, mas abrange todo signo contido de valor simbólico dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, torna-se viável o esgarçamento da definição de TD, proposto por Kabatek, sugerindo um conceito de *Tradições Imagético-discursivas* que desse conta do atravessamento da memória e da constante evocação concretizadas em outras formas de expressão, em outros contextos de produção discursiva, além da escrita e da falada. Posto que vivemos numa sociedade imagética, em que os discursos estão tomando novas formas de dizer e não-dizer, em especial, através da linguagem não verbal, por meio de imagens, desenhos, pinturas, símbolos, movimentos, gestos etc., o que já sinaliza uma mudança sofrida pelas TD.

Assim, o signo, entendido em sua forma mais ampliada – verbal e não verbal –, tem muito a dizer; cria movências, aproxima sujeitos e situações, constrói identidades, uma vez que é constituído por tradições, por memórias. Assim, fazendo uso do aporte teórico proposto por Kabatek, arriscamos-nos a sugerir a ampliação do conceito de TD para *Tradições Imagético-discursivas*, a fim de dar conta do estudo dos mais diversos objetos linguísticos e extralinguísticos. Isso porque, assim como a fala e a escrita, a imagem é uma materialização, e como signo possui duas faces (significante = material/ significado = conteúdo), podendo materializar-se de diversas formas possíveis.

Nessa perspectiva, trazemos uma ressignificação do esquema proposto por Kabatek para sua Teoria das Tradições Discursivas, apresentando outros itens que atendam à proposta da Teoria das *Tradições Imagético-discursivas*, a partir do esquema a seguir:

Esquema 2: Tradições Imagético-discursivas



Ressignificação do Esquema de Kabatek (2006, p. 161) por Cordeiro (2013).

A partir deste esquema podemos considerar que, dado um objetivo comunicativo/discursivo em determinado contexto de produção, o sujeito faz uso de signos, quer seja o código - a língua, enquanto sistema materializado em uma linguagem verbal, como também de signos não verbais. Estes são “acomodados” em gêneros discursivos e sofrem o atravessamento de Tradições Imagético-Discursivas para construir os discursos, imagens, símbolos, ícones, índices dotados de significação e passíveis de interpretação.

A definição clássica de signo é a de algo que é colocado, referido ou tomado no lugar de outro. O signo linguístico é descrito por Saussure (1969) como artificial, já que sustenta uma relação arbitrária entre um significado e um significante. Trata-se,

ainda, da formação entre um conceito e uma imagem acústica. Por outro lado, Peirce (1999) constrói uma noção de signo a partir dos três níveis da Semiótica: o sintático, o semântico e o pragmático. O primeiro nível diz respeito à relação existente entre o signo e seu interpretante; o segundo traduz a relação que o signo apresenta com o seu referente (objeto); e o terceiro nível revela a relação do signo com ele próprio e com os demais signos.

Vale salientar que bebemos, ainda, na fonte da teoria Semiótica para usar os termos símbolo/ícone/índice. Sobre estes, Peirce (1999) diz que o *símbolo* diz respeito a um determinado objeto, representado simbolicamente de acordo com uma lei, hábito ou convenção; há, nesse caso, uma motivação ideológica construída historicamente. O *símbolo* define-se como pertencente à categoria do signo, representa a relação entre dois elementos, por exemplo, a cruz é o símbolo do cristianismo, pois foi nela que Cristo morreu; a balança é o símbolo da justiça, representando o equilíbrio e a ponderação. Por isso, uma de suas características é que ele é motivado, ou seja, há entre o símbolo e o elemento simbolizado uma relação.

O *índice*, por sua vez, apresenta uma relação de adjacência com o elemento exterior, ou seja, não representa a coisa, mas sim, é afetado por ela. Por exemplo, a fumaça é índice de fogo, nuvens escuras no céu é índice de chuva iminente.

Já o *ícone*[2] é a representação de um elemento, como por exemplo, a fotografia de um sujeito, o mapa de uma cidade. Portanto, o *ícone* é um elemento usado para representar outro que lhe é semelhante. Para Durand (2002), o *ícone* é instaurador de sentidos.

Assim, podemos dizer que a diversidade de discursos, símbolos, índices e ícones que permeiam o campo social e marcam a cultura de um povo, materializam-se através das diversas formas de linguagem e dos inúmeros gêneros discursivos, os quais são povoados por dizeres anteriores e tradicionais, regidos por um sistema icônico-linguístico próprio que visa atingir seu objetivo comunicativo/discursivo.

Nessa perspectiva, defendemos que as tradições não só constituem os discursos sociais, mas também toda uma gama de símbolos, ícones, imagens, cores, gestos, expressões fisionômicas etc. que, apesar de não materializarem a língua

2. Termo originário do grego *eikón,* que significa imagem.

enquanto sistema linguístico, dela depende, também, no processo de significação e de interpretação das possíveis tradições imagéticas trazidas à tona no uso da linguagem não verbal. Assim, a tradição diz respeito aos discursos/imagens culturais que se encontram na memória dos sujeitos.

Análise do corpus

No discurso do horóscopo é possível observar as Tradições Imagético-discursivas, bem como marcas de permanência e de mudanças, materializadas tanto no aspecto linguístico quanto no não linguístico. Como forma de visualizar este último aspecto, trazemos três horóscopos encontrados em sites da internet, os quais apresentam diferentes formas imagéticas correspondentes a cada signo.

Figura 1 – Horóscopo do dia do site de João Bidu (com recortes). Fonte: Site do astrólogo João Bidu, disponível em: <http://www.joaobidu.com.br/jb2/html/horoscopo.php>. Acesso em 20 mai. 2013.

É importante ressaltar que o primeiro horóscopo apresentado, do site do astrólogo João Bidu, apesar de ter como público alvo tanto homens como mulheres, vemos na materialidade discursiva traços de mudança quanto às práticas de ambos os sexos. Por exemplo, no trecho *Mantenha controle sobre tudo que acontece no seu emprego*, estar no controle, em especial no ambiente de trabalho era, há alguns anos, uma prática voltada para a figura do homem, mas atualmente, as mulheres já ocupam esses cargos de comando e liderança. Apesar de, ao longo da história, as mulheres representarem as que mais sofriam com o controle pelos *Aparelhos Ideológicos de Estado*[3], por outro lado, estas também exerciam poder e controle em suas casas, colocando tudo em ordem e controlando a atuação das secretárias, dos filhos e também dos esposos.

Em outro trecho *Em casa, distribua melhor as tarefas de rotina entre os parentes, assim, não irá se sobrecarregar demais*, trata-se de uma prática que também, em outros tempos, era unilateral, voltada especialmente para a mulher como tarefa doméstica, bem como o uso da *Cor: pink*; mas que, nos dias de hoje, veem-se homens tanto envoltos em práticas domésticas, como também, usando cores tidas antes como femininas.

Figura 2 – Horóscopo do dia da Folha de São Paulo online. Fonte: Folha de São Paulo online, disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 20 mai. 2013.

3. Termo proposto por Louis Althusser (1985) para designar as instituições que sustentam e disseminam ideologias, tais como a família, a igreja, a escola, a justiça, a medicina, etc.

O horóscopo da Folha de São Paulo é genérico tanto em sua materialidade linguística quanto imagética, o que é observado pela neutralidade no direcionamento ao público, bem como pelas formas e cores neutras das imagens.

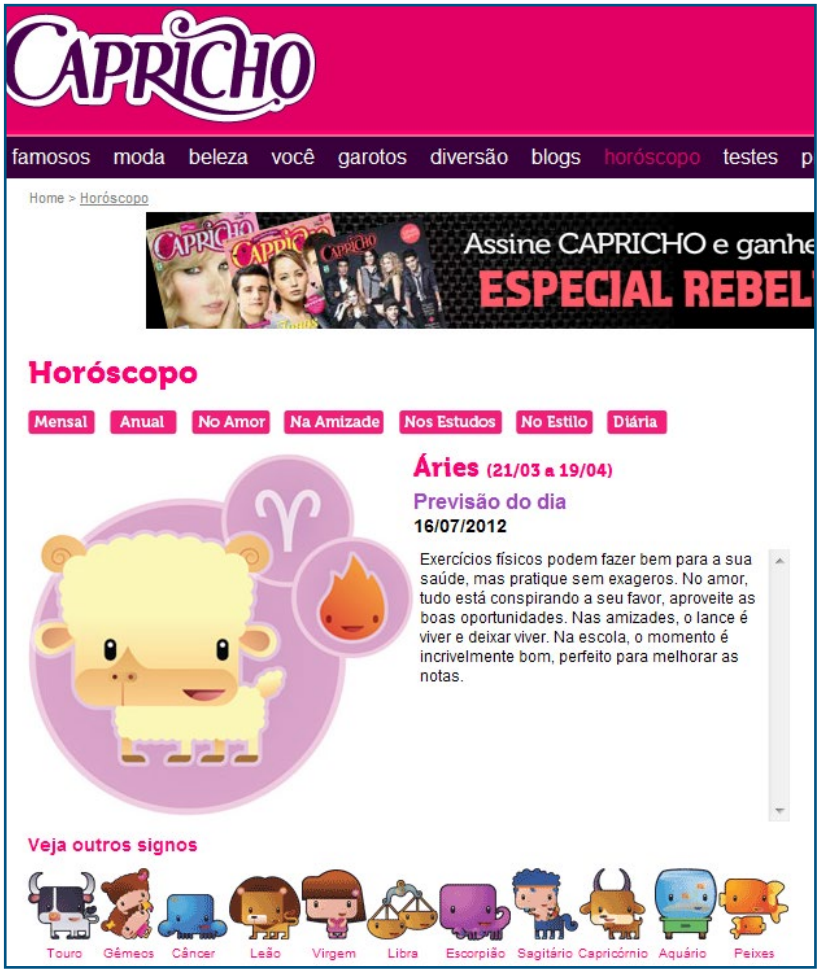


Figura 3 – Horóscopo do dia da Revista Capricho online. Fonte: Revista Capricho online, disponível em: <http://capricho.abril.com.br/horoscopo>. Acesso em 30 mar. 2013.

Por fim, a Capricho é uma revista que tem como foco o público feminino, particularmente as adolescentes; contudo, a materialidade discursiva do horóscopo é marcada por um discurso genérico, podendo atender tanto às meninas como aos meninos: ***Exercícios físicos*** *[...] sem exagero. No* ***amor****, tudo conspirando a seu favor, [...]. Nas* ***amizades****, o lance é viver [...]. Na* ***escola****, o momento é [...] perfeito para melhorar as notas* (grifos nossos). Por outro lado, no que diz respeito à construção imagética, observamos que os traços e cores usados nas imagens dos signos estão mais voltados ao público feminino.

A seguir, apresentamos um recorte dos signos de cada suporte.

Percebemos que o viés da tradição é mantido por meio de traços de permanência tanto linguísticos, a exemplo do uso de verbos no imperativo, como extralinguísticos, como a forma imagética do carneiro para o signo de Áries, ornando seus cornos. Nesse momento, retomamos a citação de Coseriu (1979), quando explica que o sistema se configura como um leque de possibilidades através de caminhos abertos e fechados de um falar que seja compreensível para um grupo de falantes. Ou seja, "o sistema abrange as formas ideais de realização duma língua"; já a norma, diz respeito à "fixação da língua em moldes tradicionais" (COSERIU, 1979, p. 50).

Por esse motivo, essas imagens simbólicas sofrem atualizações, em especial, devido ao foco dado para o público alvo de cada horóscopo, o que resulta em marcas de mudança imagética, visando atender a um determinado objetivo comunicativo/ discursivo.

Considerações Finais

Pôde-se perceber que as mudanças na construção imagético-discursivas dos símbolos zodiacais e do gênero horóscopo visam atender às identidades de seu público alvo, acompanhando suas práticas e papéis sociais. Sendo, contudo, possível observar marcas nas imagens e nos discursos que permanecem, que se repetem, perpetuando traços enraizados em práticas sociais, configurando-se como tradições.

Desse modo, numa perspectiva das TD, podemos observar que os traços de permanência e as marcas de mudança podem figurar tanto nos aspectos linguísticos quanto extralinguísticos, tais como símbolos, ícones, cores, gestos, etc., o que reforça a necessidade de uma teoria das Tradições Imagético-discursivas.

Tal característica se justifica pelo objetivo que tem a mídia na sociedade atual, a qual promove o esgarçamento das Tradições Discursivas visando à promoção de discursos atraentes, ou seja, a mídia usa o que está passível à venda. Diante disso, verificamos que as tradições precisam ser reinventadas para perpetuarem, pois a realidade é outra, os espaços são outros e os interesses são outros, do contrário as Tradições Discursivas ficariam apenas no discurso da memória.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história.* Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1979.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário:* introdução à arquetipologia geral. 3. ed. Traduzido por Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. *In*: LOBO, T.; RIBEIRO, I; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs). *Para a História do Português Brasileiro.* Salvador, BA: EDUFBA, 2006, Vol. VII. p. 505-527.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica.* São Paulo: Perspectiva, 1999.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral.* Traduzido por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS DO EDITORIAL: APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO

ÂNGELA CLÁUDIA REZENDE DO NASCIMENTO REBOUÇAS (UFPE)
JOSÉ ALBERTO MIRANDA POZA (UFPE)
MARLOS DE BARROS PESSOA (UFPE)

Considerações iniciais

É consenso nos estudos da linguagem a noção de que as práticas linguísticas têm historicidade sejam elas, práticas orais ou escritas[1]. Contudo, as práticas mais estudadas historicamente têm a ver com a mudança linguística e isso, na linguagem escrita. Admitimos, baseados nos pressupostos da Linguística Textual alemã e nos estudos baseados na tripartição da língua de Eugênio Coseriu (1979), em que se estabelece o tríplice funcionamento da língua, que os textos são portadores de historicidade e os modelos textuais são passados na aprendizagem, preservando ou não todas as características que lhe são próprias.

Deste ponto de vista, observamos o texto como uma entidade capaz de manter certas tradições do dizer e que esse fato de poder ou não preservar uma Tradição Discursiva revela, antes de tudo, o caráter dinâmico das línguas e também dos textos, conforme Faraco (2005, p. 15) "[...] a história das línguas vai se fazendo num complexo jogo de mutação e permanência, reforçando aquela imagem antes estática do que dinâmica que os falantes têm da sua língua. "

1. A historicidade pode ser vista a partir de dois pontos: tanto do ponto de vista da língua histórica particular, quando da historicidade dos textos. Para os estudos de Tradições Discursivas a historicidade dos textos deve receber mais ênfase pois, é a partir desses textos consagrados na memória das comunidades que poderão ter como fonte de pesquisa elementos que se repetem ou evocam um determinado texto. (LONGHIN, 2014)

Estudar a história de um texto, é sem dúvida, uma tarefa difícil, porém prazerosa de executar, como toda pesquisa científica o é, e nesse ramo da linguística, há um leque de possibilidades a serem estudadas nos estudos de TD.

Este trabalho insere-se no âmbito das pesquisas em Linguística Histórica, da diacronia, e objetiva estudar o gênero jornalístico editorial e a construção da opinião no jornal "o Mossoroense". Para a pesquisa foram selecionados 10 textos de anos como 1872, 1930 e 1980 para a observação das características que mais saltam aos olhos do gênero no intuito de observar quais estruturas permaneceram, quais modificaram-se ao longo dos anos.

A noção de tradições discursivas

Nascido no seio da linguística alemã, o conceito de Tradições Discursivas vem sendo cada vez mais utilizado nas pesquisas históricas como uma metodologia para estudo dos textos e das suas características, de maneira que as análises consistam em identificar as partes definidoras de um texto para a comparação com outros textos de outras épocas, a fim de se observar as mudanças ou as permanências ocorridas na estrutura.

Antes de descrever as categorias de análise, é importante situar o campo. Eugênio Coseriu postulava que a historicidade da língua era uma de suas propriedades universais (KABATEK, 2012), (KOCH, 1997) e que ao falarmos estamos nos submetendo a três regras em linguagem; as regras da língua, às regras do falar e às regras discursivas. Constitui-se então, o que Oesterreicher (1997) e Koch (1997) chamam de níveis pelos quais o discurso é condicionado para ser produzido.

Assim, a atividade linguística está condicionada à dois filtros concomitantes em que o enunciado os atravessa para se constituir. Esses filtros resultam da repartição por Koch (2008) do nível histórico da língua em que aparecem como subdivisão a língua histórica em particular, ou seja, as regras idiomáticas e a história dos textos e as regras discursivas.

Longhin (2014, p. 15), explica que os três níveis de atividade linguística se relacionam de forma que:

> [...] a linguagem é uma atividade humana universal, realizada individualmente, segundo técnicas historicamente determinadas. [...] nessa perspectiva todo enunciado falado ou escrito poder ser analisado pelos vieses de sua universalidade, de suas condições histórico-culturais e de sua singularidade. Há entre os níveis uma óbvia indissociabilidade, visto que reúnem aspectos envolvidos concomitantemente na atividade humana.

Sobre a historicidade, Longhin (2014), observa que pode ser característica tanto da língua particular quanto do texto e é nesse ponto que se forma o objeto das Tradições Discursivas, a historicidade dos textos. Para os romanistas alemães, os textos são produzidos segundo padrões socialmente estabelecidos e ao falarmos estamos nos utilizando dessas tradições.

Segundo Kabatek (2004, p. 4), o traço definidor de uma Tradição Discursiva seria a repetição, mas não a repetição por si só e sim aquele que adquire o valor de um signo e que evoca um texto em que se unem elementos da tradição de um dizer e um momento de atualização do discurso.

Os textos jornalísticos opinativos

Para José Marques de Melo (2003, p. 104), em sua obra " Jornalismo opinativo" em que trata dos gêneros jornalísticos nos quais se manifestam opinião, o editorial constitui um tópico entre tantos outros característicos da esfera. Para o autor, o gênero apresenta a opinião da instituição à qual está ligado. No entanto, essa afirmação merece um pouco mais de atenção e ser melhor explicada. Hoje, como a figura do editor não mais se confunde com o proprietário do jornal, mas emite a opinião que "emana dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização" (idem, p. 104), e isso evidencia que o editorial é controlado pelas forças que detêm o poder sobre eles.

No campo dos estudos das Tradições discursivas, vários estudos foram feitos sobre o Gênero editorial, como Gomes (2007), Zavam (2009), que numa perspectiva sociohistórica delinearam as características do gênero, e ainda traçaram comentários sobre a história do gênero.

O editorial no Brasil, nasce com o jornalismo de Hipólito da Costa e o seu correio brasiliense, que surgiu com o objetivo de criticar o império no Brasil, mesmo que de um país como Londres e foi o primeiro exemplo que tivemos aqui, da tentativa de construir opinião. (LUSTOSA, 2003).

Depois da criação da imprensa Régia e anos após a explosão de vários veículos de comunicação, pode-se saber que o gênero foi se difundindo, principalmente devido às fortes demarcações ideológicas que conduziam os rumos da escrita jornalística no país. A forte tendência maniqueísta era fácil de ser vista nos jornais brasileiros, evidentemente, em consequência de uma situação política insatisfatória e o combate aos governos (LUSTOSA, 2003). Nesse contexto, conforme cita Gomes (2007), era difícil separar o que era notícia, informação e o que era a opinião, propriamente dita.

No final do século XIX, após a proclamação da república e com os movimentos culturais nesse período, e a intensa industrialização, a imprensa teve mais condições de se difundir pela sociedade, assim como a própria burguesia teve seu destaque nessa nova organização da sociedade. E a opinião podia ser captada mais facilmente.

A respeito da estrutura, o editorial figura entre os gêneros publicitários opinativos e que apresentam fatos em sua estrutura e se propõe a argumentar sobre algo, um determinado fato ou ideias. Argumentar, nesse sentido utilizado por nós aqui nessa pesquisa, quer dizer convencer e persuadir, conforme as palavras de Abreu (2000):

> Argumentar é a arte de convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa vencer junto com o outro (com + vencer) e não contra o outro. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição per, ”por meio de” e a Suada, deusa romana da persuasão. Significava ”fazer algo por meio do auxílio divino”

Nesse sentido, o editorial de “o mossoroense”, assim como visto em Zavam (2009), é lugar de manifestação de interesses e através da argumentação é que se busca persuadir o leitor sobre o seu ponto de vista. Nossa análise conta com a investigação de aspectos contextuais, linguísticos e discursivos.

Estrutura composicional do editorial

A superestrutura do editorial

O editorial apresenta a natureza de ser essencialmente argumentativo e conforme visto na literatura corrente, é comumente divido nas seguintes partes: (i) título, (ii) introdução, (iii) discussão, (iv) conclusão. Nos nossos editoriais, essa estrutura parece não ter sofrido modificações expressivas a ponto de indicarem algum processo em andamento ou mudança na estrutura.

Gomes (2007) apresenta um quadro em que destaca a organização retórica do editorial segundo a metodologia de Swales (1990) em que as unidades retóricas do gênero se dão da seguinte forma: a) contextualização do tema b) argumentação sobre a tese c) indicação da posição do jornal c) indicação da posição do Jornal. O ítem b será o nosso foco de mais detalhamento na próxima seção do trabalho.

Beltrão (apud. Marcos de Melo, 2003, p. 104), ainda sobre os critérios e características do editorial aponta quatro atributos específicos:

> Impessoalidade (não se trata de matéria assinada, utilizando, portanto, a terceira pessoa do singular ou a primeira pessoa do Plural); topicalidade (trata de um tema bem definido, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública), condensalidade (poucas ideias, dando maior ênfase às afirmações que às demonstrações), plasticidade (flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo.)

Em nossos exemplares, o aspecto da impessoalidade se mostrou análogo, conforme pose ser visto:

1. Impressionados com a marhca rude e escandalosa dos tempos modernos, **tomamos** a ardua tarefa de profligar os desmandos de um poder despótico e absoluto, e de censurar as incoherencias d'uma actualidade cheia [.....] (Exemplar 1, 23 de nov. de 1872)
2. A imprensa**, cremos nós**, só deveria discutir ou disputar a partilha fraudulenta e egoistica que nos deu o quinhão desvantajoso, nos direitos politicos; protestar sempre contra esta tensão enorme até q' fosse anullada. (Exemplar 3, 8 de dezembro de 1872)

3. Continuando **nós** a tractar ainda do poder irresponsável o nosso fito é somente apresental-o como uma causa; os seus effeitos são os que se dão todos os dias e que todos **nós soffremo-lhes** os damnos, estão nas dores de cada um, não há poder esquecel-os. (Exemplar 4, 14 de dezembro de 1872)
4. A nossa própria extensão territorial è uma razão irretorquível para que nova composição não dessem aos nossos estados. (Exemplar 7, 10 de janeiro de 1932)
5. Como podemos processar u'a nova divisão de nossos estados, quando os próprios homens públicos da nação deixam-se dominar pelo espirito regionalista, interessando-se pela sua gleba mais que por qualquer outra? (Exemplar 7, 10 de janeiro de 1932)

No entanto não se identificou a pessoalidade[2] típica do primeiro momento do editorial no Brasil, nos anos mais recentes dos nossos exemplares. Registramos, por conseguinte, um tom demasiadamente impessoal e institucional. O que confirma a tese de Beltrão sobre esse aspecto, no nosso corpus e o que se assemelha ao estudo de Gomes (2007)[3].

Sobre a topicalidade, em nenhum nos nossos exemplares eximiu-se a política nacional e local, variando sempre em função de conflitos e críticas administrativas, de responsabilidade e obrigação de direitos sociais dos gestores para com a população, num tom claro e direto de denúncia e combate.

Sobre o aspecto da condensalidade, em que se prioriza as afirmações em detrimento das demonstrações para efeito de argumentação, os editoriais mossoroense apontam regularidades dos moldes tidos na literatura corrente como caracterísi-

2. A impessoalidade é aqui tratada como a falta de assinatura do gênero, tratando-se de uma abordagem institucional para o assunto em questão.

3. O estudo de Gomes (2007) está centrado na observação de aspectos linguísticos, discursivos e históricos do Editorial pernambucano nos séculos XIX, XX e XXI. Este trabalho faz a análise pelo viés das Tradições Discursivas. A autora ainda traz uma discussão pertinente sobre o nascimento dos editoriais no Brasil, que segundo Callado (2002, p. 46) o editorial surge apenas em 1877 sob o nome de artigo editorial e afirmação que ela discorda pois, verificou a existência de Editoriais desde o período artesanal da imprensa, mesmo que ainda não denominados como tal. O que também verificamos em nosso *corpus* que já traz os textos nesse formato de gênero em 1872, cinco anos antes da data afirmada por Callado como o marco do aparecimento desse gênero.

cos do gênero. Nesse aspecto, as afirmações sobre a temática revelam a preocupação com o assentamento e a instauração da posição ideológica, seja ela de combate, polêmica ou mesmo de consonância.

> 6. Os direitos sociaes postergados acada momento, a constituição violada em seus princípios mais puros e mais santos, e os interesses do provo intregue aos caprichos e desvarios de uma corte aduladora e corrompida, eis o painél, que se ostenta aos olhos da humanidade soffredora. (ex. 1, 23 de nov. de 1872)

No fragmento, o discurso permanece na afirmação " a constituição violada em seus princípios mais puros e mais santos" sem, no entanto, ser possível desenvolver em que sentido e de maneira essa afirmação se confirma.

A demonstração, a nosso ver, aparece em dois exemplares apenas, os que constam do ano de 1980.

> 7. A consequência prática do assunto foi /a asfixia ainda maior das expressões locais, pedra/ de toque de qualquer sociedade democrática./ Assim como no plano de distribuição das rendas,/ o município passou a ter apenas **5% delas**, os Estados foram sacrificados ao centralismo global./ Na organização política realizou-se o mesmo. (ex. 9, 4 de outubro de 1980)
> 8. Além dos destinos cometidos, a atual prefeita de Mossoró ainda se deu ao luxo de manter diante do povo o silencia e o mistério contratando o seu período o seu período administrativo com acontecimentos nunca esclarecidos. **Em meio a esse está o novo cemitério que, construído pela adminis-tração anterior, não é entre-gue à população** mossoroen-se, apesar do cemitério São Sebastião registrar uma su-perlotação.

Nos dois casos, observa-se que dados e exemplos foram utilizados como argumento do que havia sido afirmado antes. Embora toda prática discursiva seja essencialmente argumentativa (KOCH, 2011), a argumentatividade pode acontecer em menor ou maior grau, dependendo inclusive do tipo textual. Seguindo esse critério de tipo textual, é mister dizer que o editorial é, em suma um gênero argumentativo.

A argumentação no editorial

A argumentação do editorial é considerada inerente ao gênero, dado o propósito comunicativo que é tido como convencer, além disso, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), defendem que a argumentação pretende a adesão do auditório a uma determinada tese.

Sobre isso, nenhum texto está livre de ideologia (KOCH, 2011) e mesmo os menos argumentativos constituem-se também de argumentação, mesmo em menor grau. Koch (2011) elenca algumas marcas de argumentativas, descritas abaixo:

1. As **pressuposições**;
2. As marcas das **intenções**, explicitas ou implícitas ou veladas, que o texto veicula;
3. Os modalizadores que revelam sua **atitude** perante o enunciado que produz (através de certos advérbios, dos tempos e modos verbais, de expressões do tipo: "é claro", "é provável", "é certo" etc.
4. **Os operadores argumentativos**, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva;
5. **As imagens recíprocas** que se estabelecem entre os interlocutores e **as máscaras** por eles assumidas no jogo de representações ou, como diz Carlos Vogt, nas pequenas cenas dramáticas que constituem os atos de fala. **(**grifos do autor)

Centramos nossa análise nos tempos verbais verificados nos editoriais como necessários e definidores de aspectos relativos à construção da argumentação.

De acordo com Koch (idem, p. 181), citando a teoria de H. Weinreich, "os tempos verbais podem ser classificados em dois grandes grupos, que vão caracterizar a **atitude comunicativa** do locutor como **relato** ou como **comentário**[4]. " Esse aspecto, nos ajuda a entender como o editorial se comporta ao longo de alguns anos num

4. O comentário é tido como um sinal de alerta para falar para o ouvinte que aquele discurso exige um ato responsivo, seja por palavras ou não. (KOCH, 2001, p 36.)

contexto específico de Mossoró. Abaixo, mostra-se um exemplo de como os verbos se organizam no editorial:

Introdução do editorial I (texto de 1872) Impressionados com a marhca rude e escandalosa dos tempos modernos, **tomamos** (presente) a ardua tarefa de **profligar*** os desmandos de um poder despótico e absoluto, e de **censurar** as incoherencias d'uma actualidade cheia
Argumentação O mérito individual, unico que **devia** (pretérito imperfeito) **condecorar** os homens do poder e **brilhar** nas altas regiões administrativas, **votado** ao mais indigno e completo ostracismo, **è** (presente) hoje substituido pela insignificância de petulantes mediocridades
Fecho Eis em poucas palavras dezenhado o quadro pavoroso e letrico das miserias da actualidade; eis o luctuoso espetaculo, que **representa** (representa) um paiz em desfilada por entre as alas do crotêjo funebre que lhe **formão** (presente) as desgraças da patria; eis finalmente o quadro lastimôso d'um im'erio em decadencia, que os satelites do despotismo **vão** (futuro) de dia a dia **arrastando** ao sepulchro das nações.

* Os modos verbais são considerados semitempos, mas de forma nenhuma um tempo verbal propriamente dito pois não oferecem informações completas sobre pessoa, número, gênero, etc. (Idem, p. 39)

Há dois grupos em que se separam os tempos verbais; o grupo I, que diz respeito às manifestações de comentários, em que o autor toma o leitor como responsivo, chamando-o a praticar alguma ação, expressos a partir dos tempos verbais Presente (indicativo), pretérito perfeito composto, futuro do presente, futuro do presente composto, e as locuções verbais formadas por estes tempos e o grupo ll em que o autor apenas narra uma história e requer um ouvinte atento, expresso através dos tempos verbais pretérito perfeito simples (indicativo), preté-

rito imperfeito, pretérito mais que perfeito, futuro do presente e locuções verbais formadas por esses tempos.

O comentário partilha das intenções comunicativas do editorial, sendo este, um gênero em que constam, predominantemente estes tempos verbais.

O tempo presente, chamado também de tempo zero, é considerado principal para o mundo do comentário e é partir dele que os outros tempos do comentário surgem.

Nos editoriais estudados neste trabalho, o tempo presente aparece recorrentes vezes em todo o texto, conforme visto no exemplo acima, o texto se inicia com o tempo presente "tomamos". Disto, observa-se a introdução de elementos como verdades constatadas em que o leitor é convidado a ouvir a concordar com a ideia expressa e ainda os verbos no futuro, indicam também a segurança com que se afirma algum fato ou dado.

O fato de não se demonstrar no discurso, a dúvida, a incerteza ou mesmo a falta de compromisso com o que se diz, expressa muitas vezes pelo uso do condicional, traduz a ideia de um texto pautado em verdades assumidas pelo autor como tal. E embora haja, em alguns textos outros tempos verbais característicos de narrativas, ou que expressam a insegurança sobre o acontecido, podemos ver uma predominância destes *presente, pretérito perfeito, futuro do presente* nos editoriais estudados, e que se repetem ao longo dos anos. Exemplos de editoriais:

Introdução (texto de 1932) A despeito do sepulchro, que a indignação nacional **ergueo** (pretérito perfeito) já ao execrando e sempre detestável ministerio – 7 de março- **continua** (presente)este arrastar o pezado fardo de sua desgraçada existencia.
Argumentação Não **pensarão** (futuro)! Quando uma vez o combate **for** (futuro do subjuntivo) forte e decisivo, **verão** (futuro) o corruptor quanto **for** (futuro do subjuntivo) imprudente em **corrompe**r. – Nenhum monarcha **pense** (presente subjuntivo) que com a corrupção **cria** (presente) proselytos agradecidos e valentes; quando uma nação **chega (presente)** a um degradante estado, como a nossa, so **há** (presente) duas classes de cidadãos – os vis e os indiferentes filhos da descrença.

Fecho

A opinião, **reage** (presente), mas o Nero **vê** (presente) **arder** em chamas Roma que **incendiou** (pretérito perfeito)e **descarta** (presente) ao som da lyra em doces carmes [...] estrophes dedicados a destruição de [...]
Se uma [...] não **curvar-**se à razão, se alguém não [...] ser um homem de probidade, certamente [...] o brazil se **abysmará** (futuro do presente) com ele.
Tem (presente), exemplo no [...] III, esse torpe e execravel ladrão[...] dia 9 do passado **baixou** (pretérito) aos infernos da história[...] de mais vil oprobrio.
Esta **é** (presente) a verdade.

Introdução (texto de 1980)

A lei orgância dos partidos,/ recentemente modificada, **concitu**i (presente), estruturalmente, o maio/ empecilho **erguido** às organizações políticas. Os/ doutores legistas **há** (presente) tempos **efiaram**(pretérito perfeito) na cabeça/ de alguns militares conceitos abstrusos e, em/ contrapartida, **receberam (**pretérito perfeito**)** outros, no escambo/ dos interesses menores

Argumentação

Para **culminar** esse absurdo do discricio-/narismo (Estado Novo mais Novissimo Estado/ de agora) **determinou-se** (pretérito perfeito), ainda, militar e ba-/charelescamente, que os partidos **têm** (presente**)** de **ser** idológicos, no sentido escolástico do termo.

Fecho

Só as grandes máquinas, principal-/ mente as governamentais, **poderão** (futuro) cumprir sem / grandes tropeços tais quotas. **Devem** (presente) ser coisas / da democracia possível.

Nestes editoriais, percebe-se que, considerando os verbos utilizados, pertencem ao mundo do comentário, em que se persegue a argumentação a respeito de uma ideia, afirmada com certeza, considerando as escolhas verbais, e o fato de se repetirem, nos textos como editoriais podem nos dizer que neste aspecto, o editorial preservou as características relativas ao modo dizer e de argumentar.

Além disso, há a permanência do uso dos chamados semitempos verbais em que não conseguem sozinhos expressar informações completas e estando ligados à alguma outra forma, das quais têm dependência para serem eficazmente completas de sentido.

Sobre a estrutura do editorial, normalmente se inicia com verbos no presente do indicativo para inicialmente, afirmar a posição que se quer defender ao longo do desenrolar do texto.

Feita a introdução, há uma miscelânea no uso de verbos tanto do grupo que corresponde ao relato quanto ao que corresponde ao comentário e ainda o uso dos semitempos verbais. O uso do grupo dos verbos que indicam uma narrativa se justificam, em certa medida, pela necessidade de se ter audiência de um leitor atento e “ouvinte”, de uma narração que será preparado para argumentação e a opinião dada pelo autor do texto.Em todas as épocas, pudemos observar tal estrutura que se mantém.

E na última parte do texto, o fecho, há diferenças quanto à forma de finalização e reafirmação dos argumentos. Em alguns textos, há a predominância dos verbos no presente e em outros, mesmo em menor quantidade, há a predominância dos verbos no futuro. A diferença se dá pela escolha do autor de, ou reafirmar o que se disse, com o tempo presente, ou expressar desejo ou previsão em relação ao tema exposto.

Considerações finais

O editorial, de maneira geral, mostrou-se sem grandes mudanças em sua forma de argumentar, exceto pelos tipos de argumentos, que por ora, não são foco deste estudo, e no que se refere às escolas de tempos verbais podemos depreender que a forma de organizar esse discurso persuasivo teve poucas alterações, o

que nos leva a dizer que essa é uma característica dessa forma de dizer, desse tipo de discurso argumentativo.

No tocante às conclusões, observou-se que os propósitos do texto são de grande relevância para o uso das formas, uma vez que ao se retificar um argumento já defendido anteriormente no texto, utilizam-se os verbos no presente e para expressar o desejo de que algo se realize ou se modifique, utilizam-se no futuro e ainda a possibilidade poderia ser expressa no futuro do pretérito.

Referências

ABREU, Antônio Soarez. *A arte de argumentar*. São Paulo : Ateliê editorial, 2000.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.GOMES, Valéria Severina. Traços de mudança e permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido. Recife: UFPE, 2007. Tese de Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Letras, CAC, Recife, 2007.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J.,ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S. (orgs). *Rosae*: linguística histórica, história das línguas e outrashistórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 579-588. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books http://books.scielo.org

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, Tânia (Ed.). P*ara a história do português brasileiro VI*. Salvador: UFBA, 2004. (no prelo). Texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, set. 2004. Disponível em: http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf

KOCH, Peter. Tradiciones Discursivas y Cambio Linguístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced em espanhol. In: KABATEK, Johannes. *Sintaxis Historica del Espanhol y Cambio Linguístico*: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas. Madrid: Iberoamericana, 2008.

KOCH, Ingedore V. *Argumentação e linguagem*.13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LONGHIN, Sanderleia Roberta. *Tradições discursivas*: conceito, história e aquisição. São Paulo: Cortez, 2014.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003

MARQUES DE MELO, José. *História social da imprensa*: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 186 p..

OESTERREICHER, W. Autonomización del texto e recontextualización. Dos problemas fundamentales en lãs ciencias del texto. In: Eduardo Hopkins Rodríguez (ed.) *Homenaje Luis Jaime Cisneros*. Lima, Pontifícia Universidad Católica del Peru, 2002. p. 343 a 387

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A Nova Retórica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.
RABAÇA, C A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri,1978.
SWALES, John M. 1990. *Genre analysis*. English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge UniversityPress
ZAVAM, Aurea Suely. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de Tradição Discursiva*: um estudo com editoriais de jornal. 2009. 419 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará. 2009

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

MARCAS DA ORALIDADE DA TRADIÇÃO DISCURSIVA ‘ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS’ DOS JORNAIS DO RECIFE DO SÉCULO XIX

ANA KARINE PEREIRA DE HOLANDA BASTOS
UNIFAVIP/DEVRY/BR

Introdução

É de conhecimento geral que a África foi o continente exportador de escravos para o mundo e, principalmente, para o Brasil. Por mais de trezentos anos, a maciça mão-de-obra escrava impulsionava a engrenagem social, além de servir como moeda nas transações econômicas para sustentar a economia colonial. Essas relações comerciais originaram, nos jornais do Brasil do século XIX, anúncios de toda a natureza e interesses: venda, troca, aluguel, permuta e anúncios de fuga, estes considerados centrais em nossa pesquisa.

No Brasil do século XIX, as práticas de letramento ainda eram escassas, por isso o índice de analfabetismo era enorme. Na ausência da difusão do saber formal, tais como a escola, a rede de tradições orais era muito densa e funcionava como fator decisivo na preservação da memória cultural dos grupos. Nesse sentido, a história da língua portuguesa no Brasil está fortemente relacionada às práticas da oralidade (PESSOA, 2003, 2010). Mesmo que a tradição gramatical ocidental tenha valorizado muito mais a escrita, são as práticas orais que permearam as relações sociais durante séculos no país. De acordo com Pessoa, “a fala e a escrita têm fortes vinculações com a cultura de um povo, por serem dois importantes canais de veiculação da cultura de uma dada sociedade e na difusão de certas tradições discursivas (TDs)” (2010, p. 16).

Os anúncios de fuga de escravos são tradições discursivas[1] que visavam a informar sobre a fuga de um(a) escravo(a) ou sobre as fugas coletivas, sendo estas raras, mas quando anunciadas eram bastantes representativas porque denotava a revolta dos negros dentro do sistema escravagista. A imagem dos escravos descritos nos anúncios de fuga representada nos jornais estava diretamente relacionada à coisificação do indivíduo. O discurso deixa entrever a tensa a relação entre eles e seus donos, pois, a partir do que era anunciado, podiam-se descobrir as características físicas, morais e as marcas de castigos no corpo do negro. Além disso, quanto mais escravos eram anunciados em um jornal, mais prestígio ele tinha.

De acordo com Marcuschi (2002) todas as atividades discursivas são materializadas no texto visto como uma sequência de atos de linguagem, escritos ou falados. Numa análise textual entram em jogo tanto as condições gerais dos indivíduos, quanto os contextos institucionais de produção e recepção dos textos, uma vez que estes são responsáveis pelos progressos de formação de sentidos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas.

A finalidade principal de tais anúncios era "tornar público", "fazer conhecer" para a sociedade, o escravo foragido, a ser alugado, vendido, doado por pagamento de dívidas ou permutado por casas. Em Pernambuco, eles apareciam nos jornais em seções intituladas "Escravos fugidos", "annuncios", "avizos", "diversos" ou "atenção", tradições discursivas que à época, se configuravam como sinônimos. Em todos esses anúncios se prometem as recompensas ou gratificações generosas.

Ideal de Escrita

Língua escrita e língua oral são duas modalidades de língua que não apresentam os mesmos recursos expressivos e nem a mesma gramaticalidade. A oralidade está "fundada na realidade sonora que vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos" (MARCUSCHI, 2010, p. 25). A escrita se

1. Recusamos a crítica que se faz sobre as TDs serem sinônima de gênero textual. De acordo com Kabatek (2004) as TDs englobam, além dos gêneros, atos de fala fundamentais, formas linguísticas e elementos de conteúdo identificadores de determinadas instituições ou de grupos sociais como ideias e procedências diversas de que são exemplos a saudação, o agradecimento e a promessa. Nesse sentido, o estudo diacrônico de um gênero textual corresponde ao estudo das TDs que o constituem, porém nem sempre o estudo de uma TD está diretamente ligado ao estudo de um gênero textual específico.

caracteriza por sua constituição gráfica, englobando unidades alfabéticas, escrita alfabética, ideogramas ou unidades iconográficas. Ainda que um indivíduo utilize o mesmo nível de linguagem, ambas as modalidades de realização são organizadas de formas diferentes, e é justamente nesse ponto que se tende a conceber língua oral e escrita de forma dicotômica.

Antes de apresentar as marcas da oralidade presentes nos anúncios de fuga de escravos nos jornais recifenses, pontuaremos as características sobre o *ideal de escrita*[2], no nível pragmático, sintático e semântico, assentadas nas concepções de Oesterreicher (1994):

Ideal de escrita no nível pragmático

Os textos no nível pragmático expressam de forma explícita, ou implícita, as intenções do autor. A sucessão de ideias se mensura na valorização das informações disposta no texto; a apresentação dos personagens, lugares e fatos se apresentam de tal forma que o ouvinte ou o leitor podem os identificar com facilidade.

Ideal de escrita no nível sintático

Os textos escritos no nível sintático se orientam para uma sintaxe de caráter integrativo, ficando evidente o esforço da elaboração do texto através de orações complexas e cláusulas compostas. Givón (1979 *apud* CASTILHO, 2010) considera alguns traços próprios da sintaxe da língua escrita, a saber: a) Preferência por estruturas sintáticas mais elaboradas, tais como as nominalizações e subordinações; b) As construções sujeito-predicado predominam sobre as de tópico-comentário, mesmo considerando-se o fato de que ambas podem ocorrer ao mesmo tempo na língua portuguesa; c) As sentenças declarativas predominam sobre as interrogativas e imperativas; d) Uso abundante da voz-passiva; e) Maior frequência de indicações fóricas, via utilização de expressões como: “voltando ao que se disse anteriormente, esse ponto nos leva à questão seguinte” etc.

2. O ideal de escrita, proposto por Oesterreicher (1994), tem como modelo as tradições textuais da época e cumprem em sua estrutura, o estilo e o léxico com as normas do gênero que têm adotado.

Ao serem respeitadas essas características no texto escrito, no nível sintático, tem-se a integridade da oração e as correlações gramaticais para que o texto seja provido de sentido.

Ideal de escrita no nível semântico

Neste nível os textos mantêm a textualidade linear, além de cultivarem a variação lexemática e a precisão referencial.

As marcas da oralidade nos anúncios de escravo

Os anúncios de escravos são fortemente marcados pela oralidade. Esses textos são produções realizadas graficamente, mas marcadas concepcionalmente pela linguagem do *imediatez comunicativa*, i. e. textos muito próximos da linguagem oral, sendo denominados por Oesterreicher (1994, p. 159) de ***la* competéncia escrita de *impronta oral*[3]** ou textos escritos marcados pela oralidade.

A autoria desses textos é atribuída por Oesterreicher aos *semicultos*, ou seja, autores de escasso domínio da modalidade escrita e da norma padrão da língua. São exemplos dessa natureza as seguintes expressões:

[...] dedos alguma couza carangueijados... (DP, 9/06/1832) e
[...] tendo o pé esquecido torto e sahido para fora como pata de seri... (DP, 12/01/1865)

A essa forma de expressão, D'Achille (1994) chama atenção a esse caráter pragmático das produções dos *semicultos*, pois em vez de se referir ao termo, estes fazem construções metafóricas como essas que acabamos de exemplificar. Elas comprovam a dinamicidade das palavras e expressões que funcionam para atender as necessidades discursivas. Se referir a 'carangueijados' pode aludir aos dedos

3. Um caso prototípico do que Oesterreicher (1994) chama de competência escrita de marca oral é a *Crónica de la Conquista del Perú* de Alonso Borregán, pois reflete diversos aspectos e graus da linguagem do *imediatez comunicativa*.

da mão do escravo com terminações pontiagudas que se assemelham às patas do caranguejo. Nos anúncios é frequente o uso de termos associativos ao negro que remetem ao "empirismo designativo", de que fala Biderman (2001), típico das sociedades antigas, que assemelham as pessoas às coisas ou animais. Moura (2004, p. 126) também mostra que era uma constante, durante a vigência da escravidão no Brasil, a equiparação do corpo dos cativos ao das bestas ou dos animais.

Stoll (1996, p. 428) afirma que os elementos orais presentes nos textos dos autores *semicultos*, não são resultado de uma vontade estilística, nem de uma tentativa de imitar a língua falada, nem a intenção de produzir um texto para ser recitado ou mesmo o descuido de uma pessoa que sabe escrever. Pelo contrário, os autores *semicultos* tentam escrever seguindo às normas da historiografia, apresentando os dados de forma adequada, mas eles não têm o domínio suficiente da escrita para alcançar seus propósitos.

Acreditamos que os textos dos *semicultos* sejam produções que apresentam as seguintes características no nível pragmático, sintático e semântico:

Marcas do oral no nível pragmático

Nos anúncios de fuga de escravos a pragmática textual nem sempre se mantém nas produções dos autores *semicultos*. A disposição dos textos deixa muito a desejar, pois a progressão semântica se encontra alterada, tendo as etapas do texto como a abertura, o desenvolvimento e o fechamento invertidas ou suprimidas, e as informações são apresentadas muitas vezes de forma contraditória. Por exemplo:

> ***Diario de Pernambuco 25 de agosto de 1828.***
>
> *Qualquer Capitão de Campo poderá pegar o preto chamado Bendito naçaõ Gabão, ou ainda qualquer outra pessoa, cujo escravo he baixo e seco do corpo barbado, e tem suiças bonito de cara, e de corpo, e anda vestido de liforme branco com chapeo de copa de palinha, o levaraõ a caza de seu Sr., que mora no principio da rua d'Ortas vindo do Carmo no 1 º sobrado do lado direito que será pago do seu trabalho.*

Digressões e *añadidos*

As digressões são desvios na linearidade das informações do texto. Nos anúncios são desvios nas informações sobre a fuga ou sobre o escravo, acrescidas de outros aspectos considerados menos importantes. Tomamos a expressão a*ñadidos,* que vem do espanhol, a partir das considerações de Oesterreicher (1996b), que os identifica como informações acrescidas ao texto sem um planejamento prévio por parte do redator. Os a*ñadidos* aparecem com muita frequência nos anúncios, sendo considerados traços marcantes característicos dessa TD. Vejamos este exemplo de digressão:

> ***Diario de Pernambuco 11 de maio de 1868.***
>
> *a quem pegar o escravo Florencio, pardo claro, de 17 annos, cabello carapinho, olhos pretos, orelhas grandes sendo uma um pouco em pé, trajando chapéo de feltro pardo, camisa de riscadinho azul, calça e jaqueta de brim pardo desbotado, sem boço algum. Recomenda-se a policia, aos senhores de engenhos, aos capitães de campo e [...] a apprehensão do referido escravo. Protesta-se contra quem acoitar preceder com todo o rigor da lei. Consta andar ou ter andado o [...] escravo no bairro do Recife, rua dos Guararapes.*

Depois de dar todas as explicações sobre a fuga e as características do escravo, há a inserção inesperada da informação sobre onde ele costumava andar. Essa informação pode ser aplicada tanto à digressão, porque a informação foge ao que era esperado no fechamento do anúncio, quanto a um *añadido,* porque a informação remete a um dado importante inserido no texto pelo redator.

> ***Diario de Pernambuco 10 de outubro de 1839.***
>
> *No dia primeiro do corrente dasapareceo uma negrinha de nome Domingas, de idade de 20 annos, levou vestido de chita verde, e camisa de algodãozinho e saia de sarja preta, nas orelhas argolas de ouro redondas, e lisas, no pescoço uma miçangas. e uma figa , de estatura regular, cheia do corpo , e ainda não falla bem a lingoa do paiz e também levou panno da costa ; quem a pegar leve a rua da roda D.8 que receberá dez mil réis de gratificação ; outro sim supõe se que ella foi seduzida, e no caso que se entre no verdadeiro conhecimento, se protesta proceder criminalmente contra quem a tiver occulta .*

Nesse exemplo, as informações são apresentadas de forma fragmentada e acrescentadas de forma quase inesperada pelo autor do texto.

Marcas do oral no nível sintático

As marcas do oral no nível sintático se referem às palavras nas frases ou das frases na sequência discursiva. Os textos dos anúncios de fuga de escravos, nesse nível, não têm a integridade das orações e a correção gramatical respeitada. Os textos são marcados por erros de concordância e regência, dando-se preferência aos procedimentos paratáticos e pelo estilo direto, dentre outras características.

Desvios que afetam a complexidade sintática

A **parataxe** consiste na propriedade mediante a qual duas ou unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se no mesmo nível para constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade suscetível de contrair relações sintagmáticas próprias das unidades simples deste estrato. Os textos dos anúncios são fortemente marcados pela parataxe. A estrutura linguística paratática é típica da agregação, muito próxima da oralidade:

> ***Diario de Pernambuco 15 de fevereiro de 1827.***
>
> *No dia 13 do corrente, fugio huma negra por nome Graça Nação Congo, a qual vendia fazendas em huma caixa pintada de azul claro, e andava com huma negra da costa vendendo ; a dita negra tem os sinais seguintes, he desdentada na frente, he alguma couza fula, tem os dentes dos pez muito separados huns dos outros, levou pano preto fino, saia de lira preta, e muito mais roupas, há noticia que ella fugio com hum negro por nome João Nação de Angola, o qual tem a testa grande, suíças bem puxadas a frente, de boa estatura, e tem hum lobinho pequeno sobre o dedo do pè graude, e que ambos forão para o Sertão. Qualquer pessoa que os pegar poderá entregar nas cinco pontas caza n.º 129, que será bem recompensado.*

A **hipotaxe** consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior. É o caso de uma oração funcionar como membro de outra oração, numa relação de subordinação, estabelecida por elementos que unem orações, um para marcar a subordinação e outro para indicar a função que esta estrutura exerce na oração complexa. As construções hipotáticas estão expressas nos anúncios nas orações relativas, que se manifestam nos textos pelas construções como “o qual, a qual”, equivalentes a “que”.

> *Fugiu desde o dia 20 de maio o escravo Noberto, o **qual** tem os signaes seguintes: mulato, cabello soffrível, 20 annos de idade...*[4]

Anacolutos

O anacoluto é uma quebra da estruturação lógica da oração. Esta forma de expressão resulta do fato de a linguagem não acompanhar o pensamento, em que as ideias são apresentadas, lançadas de forma rápida e muitas vezes, tumultuadas. As construções “anacolúticas” aparecem desligadas do restante da frase, deixando-a incompleta, inconsistente e, muitas vezes, sem sentido. Os anacolutos

4. Exemplo retirado do jornal Diario de Pernambuco entre 1825 a 1875.

são muito frequentes na oralidade, estando presentes também nos anúncios de fuga de escravos:

> ***Diario de Pernambuco 07 de fevereiro de 1827.***
>
> *Qualquer Capitão de Campo, que achar hum negro por nome Joze, Nação Cabundà com os signaes seguintes, gordo, sem barba, ladino, tem o pé direito enxado, levou vestido calça comprida de brim, e camiza do mesmo, suspensorios de coiro, anda fugido desde o dia 24 de Dezembro do anno passado quem o pegar e levar a seu Sr. que he Miguel Joze Ribeiro, morador na rua do Queimado, caza N. 31, será pago do seo trabalho.*

Nesse anúncio, a informação sobre "qualquer capitão de campo" não encontra um correspondente na oração que a complete, i. e. a informação do que deve se fazer com o negro caso seja encontrado, não tem complemento e dessa forma, fica solta no anúncio.

Marcas do oral no nível semântico

As marcas do oral no nível semântico têm na produção dos *semicultos* escassa variação lexemática e como consequência tem-se a repetição de palavras e, sobretudo as imprecisões dêiticas e referenciais; uso frequente de palavras *omnibus* ou *passe-partout*; referenciações falidas ou interrompidas, assim como são frequentes as explicações inesperadas, tautológicas ou inteligíveis.

Repetição de lexemas

São as repetições de vocábulos, expressões ou ideais na constituição dos anúncios de fugas. São exemplos[5] dessa natureza:

a. Tendo muitas veses ***fugido****, ultimamente* ***fugiu*** *[...]*

5. Exemplos retirados do jornal Diario de Pernambuco entre 1825 a 1875.

b. *[...]* ***Roga****-se a qualquer pessoa a quem elle apresentar contas [...] he contra a vontade do anunciante, o qual* ***roga*** *a todas as autoridades policiaes que o prendão [...].*

c. *Izidoro,* ***naçaõ Angola****, idade pouco mais ou menos de 18 a 20 annos,* ***naçaõ Angola****, estatura ordinária, cheio do corpo [...]*

Uso frequente de palavras *passe-partout* ou *omnibus*

As palavras *omnibus* ou *passe-partout* são ambivalentes, pois servem para designar uma série de elementos sem sentido preciso, deixando-se vaga a referenciação, impedindo a identificação objetiva do que quer se dizer.

Uso de "couza" ou "coisa"[6]

a. *[...] he alguma* ***couza*** *fula...*

b. *[...] alguma* ***couza*** *selada, pés pequenos e secos, [...] com os dedos alguma* ***couza*** *carangueijados...*

c. *[...] alguma* ***couza*** *pilhada no andar...*

Uso de tanto/ algum tanto/ um/hum tanto[7]

a. *[...] cabello algum* ***tanto*** *pixaim...*
b. *[...] cabelos hum* ***tanto*** *vermelhos na frente...*
c. *[...] que terá vinte e* ***tantos*** *a trinta anos...*
d. *[...] idade 30 e* ***tantos*** *annos...*

6. Exemplos retirados do jornal Diario de Pernambuco entre 1825 a 1875.

7. Exemplos retirados do jornal Diario de Pernambuco entre 1825 a 1875.

Referenciações excessiva ou explicações complicadas

Os anúncios de fuga de escravos estão cheios de referenciações excessivas e explicações complicadas, realizadas quase sempre por expressões nominais, deixando o texto prolixo, especialmente quando se refere às descrições físicas do negro[8].

a. Matheus, [...], olhos afumasados...

b. [...] huma unha na maõ cheio que direita defeituosa, nas coixas das pernas huma queimadura que foi deferida de fogo...

c. *[...] e andar de quebra-mangue, tendo o pé esquecido torto e sahido para fora como pata de seri, e por isso puxa alguma cousa pela perna quando anda...*

Conclusão

A partir do que foi apresentado, ratificamos as considerações iniciais sobre a produção dos anúncios de fuga de escravos, textos os quais acreditamos serem realizados pelos *semicultos*; i. e., autores de escasso conhecimento da língua que realizam produções textuais escritas, mas concepcionalmente aplicadas ao nível da oralidade. As características dos textos, por exemplo, são consideradas universais, por tratarem de traços que abrigam propriedades recorrentes encontradas na maioria dos anúncios, e que também são encontradas em textos de outras línguas, não só no português do Brasil, mas em épocas distintas daquela do século XIX.

8. Exemplos retirados do jornal Diario de Pernambuco entre 1825 a 1875.

Referências

ACHILLE, P. L'italiano dei semicolti. *In: Storia della língua italiana.* A cura di Luca Serianni e Pietro Trifone. V. Secondo. Scritto e parlato. Giulio Einaudi Editore, 1994.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). As ciências do Léxico – lexicologia, lexicografia, terminologia*. Teoria Linguística: teoria linguística e linguística computacional.* 2. ed. Campo Grande, MS; Ed. UFMS, 2001.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2010.

GIVÓN, T. *On understanding grammar.* New York: Academic Press, 1979.

KABATEK, J. *TDs e mudança linguística.* Texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004. Disponível em <<www.kabatek.de/discurso>> Acesso em 06/05/13.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO. A. R.; BEZERRA, M. A*. Gêneros textuais e ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização.* 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOURA, C. *Dicionário da Escravidão negra no Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OESTERREICHER, W. El español em textos escritos por *semicultos*. *In*: LÜDTKE J. (Org.). *Competencia escrita de impronta oral em la historiografia indiana (siglo XVI).* Actas del simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlin, 23 y 24 de abril de 1992. Madrid: Iberoamericana, 1994. p. 155-190.

_____. *Competencia escrita, tradición discursiva y variedades linguísticas el español em los siglos XVI y XVII.* Coloquio Internacional (Friburgo, 26-28 de septiembro), 1996. Mimeo.

PESSOA, M. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade na primeira metade do século XIX. O caso do Recife.* Brasil. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 2003.

_____. *Do oral e do escrito desde os gregos até a geografia linguística.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

STOLL, E. Competencia escrita de impronta oral em la crónica soldadesca de Pedro Pizarro. In. KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W.; ZIMMERMANN, K. (eds.). *El español hablado y la cultura oral em España e Hispanoamérica.* Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1996.

PÔSTER

A ARGUMENTAÇÃO NOS EDITORIAIS DE JORNAIS PARAIBANOS DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CONTEXTUAIS

ANA PAULA BEZERRIL CELESTINO- UFPB
ROSEANE BATISTA FEITOSA NICOLAU - UFPB

Introdução

O projeto **Tradição Discursiva nos jornais paraibanos: mudanças e permanências na ação argumentativa nos editoriais do século XIX ao século XXI** faz parte do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Cientifica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus IV. Ele está contido no projeto âmbito nacional, sob coordenação do professor Ataliba Castilho (USP), outros pesquisadores do Brasil, denominado de **Para a História do Português Brasileiro (PHPB)** que visa trabalhar com textos oficiais, particulares e textos da imprensa, desde o Brasil Colônia até o Brasil Republicano, para análises linguísticas e, desta forma, contar a história do Português do Brasil.

Objetivo Geral

Temos como propósito nesta presente pesquisa, buscar editoriais, de séculos anteriores e deste, publicados em jornais paraibanos, analisando a argumentação, através do fenômeno linguístico da modalização, presente neste gênero.

Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, buscamos construir um banco de textos com Editoriais do século XIX ao século XXI de jornais paraibanos; selecionar editoriais para a análise sobre o ponto de vista das tradições discursivas e da teoria da argumen-

tação com diversos propósitos comunicativos; por fim, identificar, nos textos coletados e selecionados, as transformações ocorridas na argumentação e em seus recursos.

Metodologia

Esta pesquisa é de cunho exploratório e bibliográfico e temos como principal base teórica: as Tradições discursivas, de Kabatek (2005) que colabora para identificar o processo de desenvolvimento dos gêneros, e a Semântica Argumentação, de Ducrot (1984, 1988) a qual, vê o fenômeno da argumentação como próprio uso da linguagem, cujas marcas visualizam-se por meio dos operadores e modalizadores discursivos. Para a realização deste trabalho, apoiamo-nos em um Banco de Textos que está presente na **Corpora do PHPB** na página https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/corporaimpressos/impressos-paraiba, e também para a composição do nosso corpus utilizaremos a **Hemeroteca Digital Brasileira,** no site http://hemerotecadigital.bn.br de jornais dos séculos e em acervos locais como no Instituto Histórico da Paraíba e Casa Fundação José Américo.

Resultados e discussões

Ao longo das investigações, notamos que, ao durante os séculos, diversas mudanças ocorreram no gênero editorial provocadas por fatores linguísticos-discursivos, e, sócio históricos, porém, alguns aspectos são preservados. Verificamos, também, que marcas linguísticas direcionam a orientação argumentativa dos enunciados e sofrem alterações de acordo com o período que foi escrito.

Nesta pesquisa, inicialmente, foi construído um Banco de textos, formado por editoriais nos jornais impressos da Paraíba, o Banco de Textos contido na Corpora do PHPB, bem como, o corpus da Hemeroteca Digital Brasileira de jornais dos séculos e em acervos locais como no Instituto Histórico da Paraíba e Casa Fundação José Américo. Posteriormente, houve a digitalização e a transcrição, conforme as normas do projeto. Após a coleta do corpus da pesquisa, foi realidade a análise dos dados a partir dos estudos de Kabatec (2005), sobre as Tradições discursivas

e, Ducrot (1984, 1988), Castilho e Castilho (1993), a respeito da Semântica Argumentativa e dos modalizadores respectivamente.

Tradição discursiva

A Tradição Discursiva surge da visão Coseriana, de que a língua não é estática, ou seja, ela está em contínua transformação, seu resultado nunca é definitivo na medida em que o processo de mudança linguística é contínuo. A noção de tradição discursiva é apropriada para identificar o processo de desenvolvimento de um gênero, o que permanece e o que se modifico nesses gêneros. Esta noção refere-se a uma dimensão histórico-discursiva que pressupõe uma concepção de língua integrada à realidade sociocultural e histórica. Conforme Kabatek (2005), quando falamos ou escrevemos, modelamos nosso dizer de acordo com tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, conforme uma maneira tradicional de dizer ou de escrever.

Através dos estudos de Kabatek (2005) chegamos a esta concepção que as tradições discursivas são formas de falar e escrever que formam um elo entre tradição e inovação, evocando determinadas formas linguísticas e textuais como os modalizadores que serão estudados nesta pesquisa.

Identificação do Gênero Editorial

O editorial é um gênero argumentativo, uma vez que o redator expõe a opinião do jornal acerca dos acontecimentos e diversos fatores sobretudo de ordem social. Além disso, segundo Gomes (2007, p.113)

> Os editoriais, (...) também são utilizados pelas instituições periodísticas como textos de apresentação dos conteúdos e propósitos de um jornal ou de uma revista (....). Desse modo, são utilizados para introduzir um periódico no mercado, quando, no primeiro número a ser publicado, os redatores fazem uma auto-apresentação do jornal.

Por isso, o editorial é um gênero de textual jornalístico que está presente em diferentes meios de comunicação, periódicos, para mostrar um ponto de vista sobre determinado tema e, sendo, portanto, opinativo. Os temas debatidos estão acerca dos novos acontecimentos no setor político, econômico, social, científico e também cotidiano. Ainda sobre o gênero editorial, podemos afirmar que seu conteúdo está relacionado às principais notícias do cotidiano que estão interligados aos assuntos sócio-histórico do momento, sejam eles em âmbito local, nacional ou mundial.

Esse gênero tem a função de informar com propósito de levar o leitor a fazer uma reflexão crítica sobre os assuntos em pauta, para isso, esse gênero serve-se de argumentos no intuito de persuadir o leitor a concordar com a visão proposta pelo jornal e assim enquadra-se no âmbito do jornalístico opinativo. Segundo Gomes (2007), assim com qualquer gênero, no editorial há plasticidade, e por isso, apresenta variações em sua funcionalidade; pois, dependendo da instituição que o veicula, ele poderá expressar uma opinião sobre um fato (editorial padrão), apresentar o suporte que o conduz (editorial de apresentação) e/ou unir as duas funções anteriores, opinando sobre algo e mostrando o suporte (editorial misto). Em síntese, como o gênero editorial faz parte de um repertório possível do interior do campo discursivo jornalístico e que é escolhido para evidenciar a opinião do jornal.

Sobre a estrutura, deve-se ressaltar que o texto editorial algumas vezes se apresenta de maneira curta e concisa em outras, detalha um pouco mais o tema abordado. Geralmente este gênero abrange os seguintes elementos:

> **Título**: síntese da idéia desenvolvida no texto;
> **Introdução**: formulação da idéia que originou a matéria, apresentação da idéia central;
> **Discussão ou desenvolvimento**: apresentação de argumentos e contraargumentos acerca da questão em debate, e analisa a questão em pauta por meio da apresentação de dados estatísticos, exemplos, comparações, depoimentos entre outros;
> **Conclusão**: o autor propõe resoluções para o problema debatido, ou faz um resumo do que foi discutido anteriormente direcionamento da opinião dos leitores por meio de exortações, apelos, constatações etc. (GOMES, 2007, p.111)

Ainda conforme Gomes, neste gênero textual a objetividade e imparcialidade não são estão presentes, uma vez que apresenta a opinião do jornal sobre o conteúdo exposto. Deste modo, como os editoriais não têm assinatura de alguém, os acontecimentos são relatados sob a visão subjetiva do repórter mostrando a posição do grupo que está por trás do veículo de informação, isto é a posição da mídia. No século XIX, (GOMES,2007, p.116) os editoriais foram denominados de "artigos de fundo", os quais representavam interesses dos grupos políticos que estavam no poder. Além disso, apresentavam um balanço entre o discurso político e o literário.

Devido estas características, era utilizada a linguagem formal para a escrita do texto, embora, muitas vezes, dificultasse para o leitor a compreensão do mesmo. Eles eram localizados abaixo da repetição do nome do jornal, ora com título, ora sem título, embora, nem todos os textos encontrados nesse espaço continha características editoriais. Ao longo dos anos, com o avanço tecnológico e para que a imprensa se estruturasse aos moldes industriais, houve a necessidade de os jornais escolherem novos recursos linguísticos. Desta forma, os textos opinativos passaram a ocupar menos espaço.

Os editoriais do século XX apresentam características semelhantes com os dos textos do final do século XIX, porém, são perceptíveis as transformações ocorridas. Tendo lugar privilegiado, o texto é encontrado no canto superior esquerdo e fixo no jornal, abaixo do nome e da data, elementos que colaboram para diferenciar o editorial.

No século XXI, o editorial jornalístico é facilmente identificado porque está localizado em uma página especifica – Opinião. Além disso, para a identificação do editorial, encontramos acima do título a palavra Editorial, qual tipo de texto será encontrado naquele espaço. Como vimos, ao longo dos séculos, diversas mudanças ocorreram no gênero editorial provocadas por fatores linguístico-discursivos e sócio históricos; entretanto alguns aspectos são preservados. Esses aspectos colaboram para a identificação das tradições discursivas, permitindo identificar os textos desde o seu início até com se apresentam na atualidade.

No campo formal, aconteceram diversas mudanças na configuração que colaboram para que o editorial tivesse a estrutura atual. Além disso, hoje, o próprio lugar onde está situado o editorial no corpo do jornal colabora para o reconhe-

cimento do texto, nessa perspectiva. Tal mudança foi importante, considerando que os editoriais dos séculos anteriores não possuíam um lugar especifico para sua publicação, dificultando a identificação. Outra mudança neste plano foi a forma como era feita a distribuição das informações contidas no texto, responsável pela estruturação mais delimitada com intuito de atender à finalidade comunicativa dos editoriais atuais. No campo linguístico-discursivo, características foram preservadas como: o ponto de vista discursivo, tanto no sentido geral do propósito comunicativo quanto no sentido restrito de modalizadores. Sendo assim, a presença destes aspectos importantes para a constituição do editorial é responsável por manter a tradição discursiva ao longo dos anos favorecendo o trajeto de volta aos textos iniciais.

Nesta tradição discursiva, o modelo escolhido tem objetivo comunicativo de fácil identificação e isso colabora para uma interpretação, ajuda o leitor na construção do sentido do texto. De modo geral, são informações constantes nos títulos, nas cores, no formato e tamanho da letra, na localização do texto num suporte textual como o jornal que dão pistas ao leitor a respeito dos propósitos comunicativos do editor do texto.

Editoriais: propósitos comunicativos

Para a verificação de alguns propósitos comunicativos foi selecionado do corpus da nossa pesquisa seis editoriais, sendo eles dos séculos XIX, XX e XXI de diversos jornais da Paraíba. Os textos classificam-se da seguinte forma: do século XIX, temos um do jornal A Imprensa e um do jornal Gazeta do Comercio, do século XX selecionamos textos dos jornais O Jornal e União, por fim, do século XXI trabalharemos com os jornais Folha do Brejo e Correio da Paraíba.

Nos editoriais do século XIX, apesar das melhorias ocorridas no final do século XIX, a taxa de analfabetismo na Paraíba era muita alta, ocasionado a sim, diversos debates acerca do indivíduo sem instrução, dentre elas as privações dos direitos sociais. O editorial publicado no jornal A Imprensa, em 28 de novembro de 1897, cujo título se chama “Analphabetismo” discute essa problemática, além do teor opinativo há também apresentações de informações acerca do tema debatido em pauta. Além de informar, no editorial há um forte posicionamento sobre os analfabetos, quanto ao direito de votar: “Quem não sabe ler, nem escrever não tem a| capacida-

de precisa de intervir com o seu voto| na direcção dos negocios publicos.||". Ainda, segundo ele, o índice de criminalidade está ligado com a falta de estudos, vejamos:

> Sobreleva notas que o nosso Codigo Crimi-| nal trancou as portas, que dão entrada a pro-| fissão mercantil ao infeliz analphabeto, como| são as obrigações impostas aos commercian-| tes; ao passo que o Código Penal com larga| franqueza lhe abre as portas das prisões. ||E s para clie [ilegível] que consiste a lei da| compensaçoão.||A carreira dos crimes está implantada no| alphabetismo.|| (A Imprensa, 28/11/1897)

Na publicação de 31 de janeiro de 1895, no jornal Gazeta do Comercio, o editorial é intitulado "O magistério", nele há a exposição da realidade vivida pelos professores no final do século XIX. De início já notamos o posicionamento do jornal sobre o tema exposto, e está posição permanece e se mescla com as informações fornecida.

No texto publicado no O Jornal, 28 de novembro de 1923 além dos resquícios do teor opinativo há claramente a propagação de informações sobre a doença infecto-contagiosa que se expandiu de forma epidêmica em meados do século XX. Com objetivo informativo, há a presença da posição do jornal.

> As repartições | publicas, cujo pessoal ncarrega-|do do serviço nem sempre é todo | sadio, merece especialmente inspecção | da parte dos governantes, no senti-|do de descobrir os casos de tu-|berculose, mesmo que não sejam | fracamente suspeitos, porque mui-|tas vezes há tuberculosos que pe-|los traços physicos de aparente | saúde enganam qualquer pessoa. || Quanto as lesões pulmonares não | se acham cavernosas, isto é, os tuberculos não são ainda a-|berto, a expectoração não será | tao abundante e por conseguinte | a tosse não será tao pronuncia-|ada que chame bem a atenção. || Neste casos os doentes affecta-|dos passam como indivíduos ro-|bustos, sem que os companheiros | de trabalho ao menos descon-|fiem. (O Jornal, 28/11/1923)

Ainda no século XX, o editorial publicado no jornal A União em 21 de junho de 1953, intitulado “Mamanguape”, noticia a inauguração da nova instituição de ensino da cidade, neste caso, o Instituto Moderno. A princípio neste editorial há informações sobre a cidade em questão para depois tecer comentários pessoais sobre a mesma.

> Porque é um dos | municípios do Estado que, tempos atrás, não se distin-guiu apenas pelo seu movi-| mento comercial, sendo um | dos nossos mais concorridos | centros. Não, Destacou-se Tam- | bem – e espírito dos seus fi- | lhos, sendo hoje uma das ci- | dades paraibanas que pode | apresentar uma lista nem ex- | pressiva de homens que men-|talmente souberam elevar a | Paraíba. || Passei, sexta-feira última, | um agradável dia em Maman- | guape. (A União, 21/06/1953)

No editorial publicado em setembro de 2006, no jornal Folha do Brejo mostra o posicionamento do veículo de comunicação em defesa da instituição de pesquisa Ibope, a qual sofre acusação sobre falta de credibilidade. Intitulado “A verdade sobre o Ibope” apropriando-se da forma simples e direta, fala sobre pesquisas realizadas sobre disputas eleitorais. Notamos assim, questões políticas sendo trabalhadas no gênero editorial.

> Em 2002, o Ibope divulgou, perto do pleito, | que Cássio Cunha Lima bateria Roberto Paulino | já no primeiro turno. Errou. Mas errou parcialmen-|te.

Assim como no último editorial posto, o editorial publicado no jornal Correio da Paraíba em 11 de setembro de 2013 por nome “Pacto solidário” diz respeito à questão política relacionada a uma iniciativa do governo estadual, escrita de forma curta e concisa expõe apenas informações em seu corpo.

> A Paraíba mudou de cara e o Governador do Estado | mudou de postura. Aí está uma prova dessa mudança. | prefeitos de diferentes partidos e regiões recebendo recur-|sos de convênios assinados com o Governo Federal.

Os temas debatidos estão acerca dos novos acontecimentos no setor político, econômico, social, científico e também cotidiano.

A partir dos exemplos, percebemos que os propósitos comunicativos estão voltados para as principais notícias do cotidiano que estão por sua vez interligados aos assuntos sócio históricos do momento, sejam eles em âmbito local, nacional ou mundial. Além disso, há uma visão que ao ser colocada pode levar o leitor a fazer uma reflexão crítica sobre os assuntos em pauta, concordando ou não com a visão apresentada pelo jornal.

Modalizadores no gênero editorial

Após o surgimento de estudos voltados para a linguagem em uso e para as marcas do sujeito no enunciado, iniciou-se o estudo de fenômeno linguístico, dentre eles: a modalização. A modalização corresponde a elementos linguísticos que manifestam um posicionamento do locutor sobre o que é tratado no seu próprio texto, que pode ser de relativizar ou enfatizar o que foi dito.

A modalização é investigada a partir de teóricos como Castilho e Castilho (1993), entre outros. Segundo eles, a modalização, diz respeito aos que está posto no discurso. Inicialmente, foram identificados dois tipos de modalizadores – epistêmicos e deônticos -, posteriormente, surgiu outro – os afetivos. Fundamentado em Castilho e Castilho, Nascimento (2012) diz que os modalizadores epistêmicos expressam avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento (a exemplo de, quasi, é certo). Os modalizadores deônticos expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade (necessidade, possível, não têm direitos, precisa, só pode). Os modalizadores afetivos (avaliativos) expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico.

Para a análise dos modalizadores presentes nos editoriais dos séculos em estudo foram selecionados dois editoriais, sendo eles, um do século XIX, e um do século XX. O primeiro, publicado em 28 de novembro de 1897 no jornal A Imprensa, que possui como título “Analphabetismo”, o qual expõe as consequências de ser analfabeto na época.

Observemos os modalizadores presente neste editorial:

> Do feito, o analphabeto é o **infeliz**, que so-| ffre todas as privações sociaes.|| O algarismo dos crimes se argumenta com| esta misera classe, d'onde surge a **necessidade**| de se mandar as creanças ás escolas, visto que| sem a instrucção não à felicidae **possível** nes-| te mundo.||[...] Quem não sabe ler, nem escrever **não tem** a| capacidade **precisa** de intervir com o seu voto| na direcção dos negocios publicos.||[Ilegível) que saiba ler e escrever; nenhum| acto civil **pode por se praticar** sem interferen-| cia de vontade alheia, que afinal é a que preva-| lece sobre a do pupillo perpetuo.||**Quasi** sempre é victima da fraude e do abuso| de confiança, **só pode** ser equiparado ao menor| ou ao interdicto, sem contudo ter a vantagem,| que estes gozão de estarem sob a tutela e vigi- lância da lei, que os defende em sua fraqueza e| ignorancia. [Grifos meus]

Destacamos os seguintes modalizadores:

Epistêmico	Quase
Deônticos	Necessidade, possível, não têm direitos, precisa, pode por se praticar, só pode
Afetivos	Infeliz, ao infeliz, que misera classe.

O segundo tem como título "A tuberculose" publicado no O Jornal, em 28 de novembro de 1923, apresenta informação e opinião a respeito da doença infecto-contagiosa que se tornou epidêmica. Observemos alguns modalizadores:

> De facto, é ellapeor que a peste negra, é o maior flagelo | da humanidade sofredora, tal | qual um polvo **infernal** com seus | tentáculos de fogo intrometendo-|os em todas as camadas sociaes. || A varíola, esta febre eruptiva | que tantos sobressaltos produz nas |populações , pelo horror que in-|funde nas victimas o seu nau-|seaubundo estado eruptivo, e , em | seguida, parulento, não faz a | mortandade que regista a tuber-|culose, e principalmente a pul-|monar. É que as outras moles-|tias infecto-contagiosas são esta-|dos mórbidos que se manifestam | **quase**

> **sempre** sob a forma de in-|sultos epidérmicos, portanto com | tendência a soluções de continui-|dade, a intermitências bem cla-|rasemquanto a tuberculose segue | a sua marcha constante, sem em-|baraços, sem empecilhos. **Diaria-|mente** são constatados inúmeros| óbitos de tuberculose em todo o mundo.; por onde se ver que é |ella a moléstia de maior morta-|lidade universal [...] **Precisamos** de | lis que regulem esse estado de | causas, a fim de que nos possa-|mos defender de inimigos tão ne|fasto, isolando no sanatórios, onde sejam convenjentementetra-|tados, os portadores de taolethal | entidade morvida. As repartições | publicas, cujo pessoal ncarrega-|do do serviço **nem sempre** é todo | sadio, merece especialmente inspecção | da parte dos governantes, no senti-|do de descobrir os casos de tu-|berculose, mesmo que não sejam | fracamente suspeitos, porque mui-|tas vezes há tuberculosos que pe-|los traços physicos de aparente | saúde enganam qualquer pessoa. [Grifos meus]

Neste editorial, destacamos os seguintes modalizadores:

Epistêmico	Quase, nem sempre é.
Deônticos	Precisamos.
Afetivos	Infernal, pelo horror, inimigos tão nefasto, especialmente, fracamente.

Percebemos a presença dos modalizadores nos textos e sua variação no tipo, em função do propósito do texto; isto torna a pesquisa mais de ordem qualitativa que quantitativa, por ser o discurso usado no Editorial marcadamente subjetivo e; assim, percebemos que cada locutor faz uso dos modalizadores que melhor convier para sua exposição argumentativa.

Todavia, saber da existência desse recurso e do que ele pode provocar é fundamental, pois assim, podemos perceber as estratégias argumentativas usadas pelo editor, por meio do uso dos modalizadores, para atingir seus leitores.

Conclusão

Em síntese, abordando a concepção de gênero textual como ação social, é notável que cada gênero desempenha uma função social, uma vez que exerce a função de mediadores de ações na sociedade. Particularmente, no caso do editorial observamos que o objetivo é levar ao leitor o posicionamento do jornal, deste modo, o gênero editorial expressa a opinião da empresa jornalística, onde o texto é veiculado, opinando sobre assuntos polêmicos que fazem parte da atualidade a qual o texto é escrito. Observamos também que ocorreram diversas mudanças ao longo dos anos, porém, algumas características permaneceram. Notamos, ainda, que essas mudanças aconteceram tanto no plano formal, quanto no plano linguístico-discursivo, contribuindo para a forma em que o gênero editorial se encontra na atualidade.

Em dias atuais o reconhecimento de um editorial jornalístico, mesmo considerando as alterações das características formais, está mais perceptível. Isso ocorre porque é fornecido aos leitores mais aspectos que contribuem para a interpretação do texto, assim, os elementos que constrói o seu contexto estão mais explícitos, sistematizados e constantes, a verificar pela própria localização do editorial no corpo do jornal. Ao contrário, dos textos publicados no século XIX, não possuíam uma página ou uma coluna reservada. Quanto à modalização, analisá-la é chegar à conclusão de como o jornal se posiciona acerca do tema em questão. Observando os elementos modalizadores, vemos qual o propósito empregado pelo jornal, bem como ele quer nos induzir a uma determinada opinião. Os modalizadores encontrados com mais frequência nos editoriais analisado foram os afetivos (avaliativos) que expõe o seu ponto de vista sobre conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico.

O projeto propôs aos alunos pesquisadores, uma aproximação para com os textos do domínio discursivo jornalístico, observando os elementos que o compõem, no plano histórico e no seu fazer lingüístico-argumentativo. Colaborou para que verificarmos a argumentatividade presentes no gênero editorial. Através desta pesquisa resgatamos editoriais publicados em jornais impressos paraibanos

dos séculos anteriores – com eles construímos um Banco de Texto, observamos por meio deles as transformações e o que permaneceu na ação argumentativa da língua portuguesa do Brasil durante a sua formação. Investigamos o gênero jornalístico Editorial, analisamos com perspectivas nas tradições discursivas e da teoria da argumentação sobre os diversos propósitos comunicativos.

Em síntese, durante a pesquisa, participamos de encontros periódicos, compomos o corpus da nossa pesquisa, estudamos e discutimos as teorias que fundamentaram o projeto, analisamos os editoriais coletados. Aprendemos, ao longo das investigações, a refletir sobre a língua, e como ela é usada, podendo assim dizer que ao término da pesquisa nenhum texto jornalístico e seu fazer argumentativo passará despercebido. Percebemos o quando o texto Editorial é um texto argumentativo por possuir elementos linguísticos que favorecem a essa ação, dentre eles os modalizadores. Os modalizadores fazem parte dos elementos linguísticos selecionados para a formação do sentido do texto, bem com as reais intenções do locutor ao escrever o editorial. Do ponto de vista do leitor, este passa a ter a oportunidade de ver no texto as estratégias argumentativas no locutor.

Referências

COSERIU, Eugenio*. Teoria da linguagem e Lingüística geral.* Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1979.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado.* 2. ed. VII, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DUCROT, Oswald*. Polifonia y Argumentación:* Conferencias del Seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

GOMES, Valeria S*. Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido.* Tese de Doutorado, 2007. (on-line)

KABATEK, Johannes: Tradições discursivas e mudança lingüística. In: Tânia Lobo (ed.): *Para a Historia do Português Brasileiro* VI, Salvador: EDUFBA, (no prelo). Texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004. http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf. Acesso em 18 jul. 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. SILVA, Joseli Maria da. LUCIENEE, C. Espíndola. "Modalização". In: LUCIENEE, C. Espíndola. *Teorias Pragmáticas e Ensino.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

NICOLAU, Roseane B. F. *Forma e sentido:* a arquitetônica dos anúncios na impressa paraibana nos séculos XIX e XX. Tese de Doutorado, 2008 (on-line)
SILVA, M. A. da. Argumentação e polifonia da Língua. In: NASCIMENTO, E. P. do. (Org.). *A argumentação na redação comercial e oficial: estratégias Semântico-Discursivas em gêneros formulaicos.* João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 29-67

SIMPÓSIO TEMÁTICO

DOS PRIMEIROS ANOS DE CASAMENTO AO DESQUITE JUDICIAL: EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DE UMA AÇÃO DE DESQUITE DO SÉCULO XX

JOSENILCE RODRIGUES DE OLIVEIRA BARRETO (USP/ UEFS)[1]

Introdução

É árduo o trabalho do filólogo, por se tratar de uma tarefa em que sejam necessários conhecimentos de áreas diversas quando se tem um texto em mãos "aguardando" edição. Editar filologicamente já foi uma atividade feita sem muito rigor científico, entretanto desde que a Filologia adquiriu o *status* de ciência, no século XIX, isso mudou, pois atualmente as edições, consideradas fidedignas e aceitas para pesquisas científicas, só são creditadas se possuírem critérios bem elaborados e apresentados claramente.

Ao se falar em Filologia - ciência muito antiga, mas pouco conhecida pelo público em geral – tem-se em mente a assertiva de que o labor filológico abrange muito mais do que, simplesmente, transcrever quaisquer textos. A referida ciência abarca desde conhecimentos paleográficos à linguísticos, codicológicos, históricos, culturais, etc. Assim, dentre esses saberes, quando tratamos especificamente daqueles concernentes ao labor filológico, deparamo-nos com os tipos de edição apontados por Cambraia (2005), a saber: a fac-similar, a diplomática, a paleográfica e a interpretativa.

A edição fac-similar possui o "[...] grau zero de mediação [...]" (CAMBRAIA, 2005, p. 91), ou seja, não há nenhum tipo de intervenção do editor, pois este tipo de edição é feita com o auxílio tecnológico, realizada através da reprodução de fotografias

1. Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professora de Língua Latina na Universidade Estadual de Feira de Santana. Atualmente é membro do Núcleo de Estudos do Manuscrito (NEMa – UEFS) e do Grupo de Edição de Textos (GET), ambos coordenados pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Feira de Santana–BA. E-mail: nilce11.barreto@gmail.com.

digitais e da microfilmagem. Assim, este modelo de edição "[...] tem como vantagem permitir o acesso ao texto de forma praticamente direta, o que confere ao consulente grande autonomia e liberdade na interpretação do testemunho [...]" (CAMBRAIA, 2005, p. 91), logo, esta edição é preparada para um público especializado, visto que esta exige do leitor a habilidade de ler o texto na sua escrita original.

Já a edição diplomática se caracteriza por ser um tipo de edição em que o texto é transcrito *ipsis litteris* ao original, ou melhor, não há nenhum tipo de intervenção feita pelo editor, logo, este tipo de edição possui "[...] um grau baixo de mediação [...]" (CAMBRAIA, 2005, p. 93), visto que todos os caracteres presentes no documento são transcritos rigorosamente, o que quer dizer que a edição diplomática também é destinada a um leitor especializado, que deverá fazer a leitura do texto tendo conhecimento das abreviaturas, da paragrafação, dos sinais de pontuação e da existência de palavras unidas e/ ou separadas. Assim, a única coisa que ele não precisará fazer é "[...] decifrar as formas gráficas da escrita original do modelo [...]" (CAMBRAIA, 2005, p. 94), pois o leitor não terá acesso direto ao texto original, mas deverá dominar a habilidade de ler textos.

A edição paleográfica[2], por sua vez, caracteriza-se como um tipo de edição em que o editor intervém de maneira mediana sobre o texto. Assim, a intervenção realizada pelo editor tem a finalidade de facilitar a leitura do documento, realizando-se o desdobramento de abreviaturas, inserindo ou suprimindo elementos por conjectura, etc., de forma que o público não sinta muitas dificuldades na decodificação do texto. Assim, neste tipo de edição, os objetivos principais, de acordo com Cambraia (2005), são: facilitar a leitura do texto para um público menos especializado e tentar corrigir falhas ocorridas no processo de cópia do texto.

A edição interpretativa, por fim, é aquela em que a intervenção do editor é máxima, ou seja, "[...] o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além das falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína [...]" (CAMBRAIA, 2005, p.

2. Cambraia (2005) diz que a edição paleográfica também pode ser chamada de semidiplomática, paradiplomática ou diplomático-interpretativa. Contudo, neste artigo, optamos por usar o termo semidiplomática, por este ser utilizado pelo Grupo de Edição de Textos da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Cf. www.uefs.br/get).

97), o que facilita a sua leitura para um público amplo e torna o texto mais apurado, já que "[...] os elementos estranhos à sua presumível forma genuína vêm claramente assinalados [...]" (CAMBRAIA, 2005, p. 97).

Diante dos quatro tipos de edição apontados por Cambraia (2005) e pelo fato de que o editor tem o "poder" de decidir qual o tipo mais apropriado para o texto em que se está trabalhando, escolhemos, portanto, dois tipos de edição para o *corpus* deste trabalho: a fac-similar e a paleográfica ou semidiplomática. A edição fac-similar, porque permite o registro fotográfico de todos os fólios e, consequentemente, todos os sinais gráficos do texto são reproduzidos mecanicamente, o que facilita, por parte do leitor, o processo de comparação entre o texto original e a edição semidiplomática.

A edição semidiplomática, por sua vez, apresenta um grau de intervenção mediana, pois as interferências sobre o texto são previamente estabelecidas e, neste trabalho, interferimos apenas no sentido de desdobrar as abreviaturas e separar as palavras unidas e unir as separadas. Através deste grau de mediação, todo o conteúdo do documento é preservado, o que permite a realização de quatro objetivos específicos, a saber: o acesso rápido de pesquisadores de outras áreas do conhecimento, o "resgate" de parte da história feirense referente ao início do século XX, o conhecimento da existência desse documento sem a necessidade de manuseá-lo e a publicação desta edição não apenas para o público acadêmico como para o público em geral (QUEIROZ, 2007).

A descrição do documento

O processo judicial de desquite solicitado por Dona Albertina da Motta Barretto, autora, encontra-se sob a guarda do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, órgão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a classificação: Estante 03, Caixa 65 e Documento 753.

O documento encontra-se em razoável estado de conservação, não possui capa nem contracapa, mas há uma ficha catalográfica anexada ao primeiro fólio, que foi colocada pelos estagiários do CEDOC como forma de identificação do referido documento. Há também algumas manchas e borrões causados pela tinta utilizada no texto, sendo que existe variação de, pelo menos, três tipos delas: uma mais

forte, outra mais clara, ambas pretas, e tinta de cor azul nos fólios datilografados.

Notamos, também, a presença de alguns selos estaduais, um carimbo de um dos escrivães, rubricas do escrivão e numeração (1 a 97) em todos os fólios rectos e um carimbo em alto relevo, nos fólios datilografados, com a inscrição "Dr. José Maria Neves", que foi advogado do réu. Existe também um barbante na cor vermelha que, através de uma costura, prendia todos os fólios, mas, atualmente, a maioria dos fólios se encontra solta e poucos deles permaneceram presos a esse cordão.

Na descrição intrínseca, notamos a existência de muitas palavras abreviadas ao longo do texto; algumas expressões escritas em latim; alguns trechos do documento grifados pelos escrivães, os quais buscavam, através da sublinha, destacar fatos/acontecimentos considerados importantes por eles; além do próprio documento, que é um rico manancial de informações da época vigente.

O conteúdo do *corpus*

O início do processo de desquite aconteceu em 1919, tendo como autora a própria esposa e como réu o marido, o senhor Antonio Alves Barretto, os quais não tiveram filhos. O processo prolongou-se até o ano de 1922, ou seja, a ação movida pela senhora Albertina da Motta Barretto durou três anos. A autora casou-se em 1895 e conviveu ao lado do seu marido por 18 anos, visto que o seu cônjuge a abandonara em 28 de dezembro de 1913 e não mais voltara ao lar conjugal.

Contudo, mesmo sendo abandonada em 1913, Dona Albertina só entrou na justiça com o processo de separação judicial após 6 anos decorridos desde que o senhor Antonio Alves Barretto saíra de casa, porque em 1918 a mãe[3] da autora havia falecido e a partilha dos bens dela estava ocorrendo, o que seria de interesse

3. Dona Maximiana de Almeida Motta faleceu em 12 de maio de 1918 após 43 anos de casamento com o Coronel Agostinho Fróes da Motta. Anos antes, em 10 de março de 1915 a matriarca chamou, em sua casa, o Tabelião João Carneiro Vital para redigir o seu testamento, no qual o filho Eduardo Fróes da Motta, o primo e compadre Coronel Tertuliano José de Almeida e o amigo Epiphanio José de Souza foram nomeados seus testamenteiros. O seu cônjuge, o Coronel Agostinho Fróes da Motta, não foi citado no testamento, pois a sua esposa tinha conhecimento do relacionamento extraconjugal e público que ele mantinha com Guilhermina de Almeida desde 1894 a 1916, com quem teve o filho Alberto. Assim, no seu testamento, Dona Maximiana negou quaisquer bens que viessem a caber ao seu cônjuge (Cf. REIS, 2012).

para o Senhor Antonio Alves Barretto, visto que ele, na condição de esposo, seria o representante legal dos bens herdados pela sua esposa. Assim, com a finalidade de retirar quaisquer direitos pleiteados pelo marido sobre os seus bens, a autora decidiu desquitar-se judicialmente.

As alegações nos autos do processo para que o desquite fosse efetivado foram a "incompatibilidade de gênios" e, consequentemente, o abandono do lar conjugal, ou seja, houve motivos que levaram a esposa a pensar no desquite, dentre eles podemos citar as brigas conjugais constantes, os debates intensos, a ausência dos deveres conjugais, por parte da esposa, de acordo com a versão do cônjuge e o que agravou os problemas de relacionamento foi o lançamento de objetos domésticos sobre o esposo, que ocasionou o abandono do lar conjugal por mais de dois anos seguidos e aumentou, na mulher, o desejo de desquitar-se urgentemente do cônjuge, visto que a separação de corpos já havia se consumado mesmo antes do marido deixar o lar, segundo o documento.

Na petição de desquite há menções sobre como a autora se comportou ao longo dos anos que em foi abandonada, pois o seu "comportamento moral" seria levado em consideração pela Justiça, a fim de validar a sua "honestidade" enquanto esposa. Segundo o casal e as testemunhas, a cônjuge continuou morando na mesma casa em que viveu com o seu marido, sendo exemplo de decência e decoro sociais, cercada do zelo e da proteção do seu pai e de seus irmãos.

Ao ter conhecimento da ação de desquite movida por sua esposa e saber também que a sua sogra havia falecido, deixando para os seus filhos, inclusive a filha Albertina, todos os seus bens – incluindo-se imóveis e dinheiro – o esposo da autora logo contratou um advogado, cujos honorários seriam 10% em cima do valor herdado pela sua esposa, para que o defendesse das acusações de Dona Albertina. O pai da autora, entretanto, percebendo as intenções do genro, resolveu pagar um advogado para defender os interesses de sua filha. Assim, esse interesse financeiro foi um dos motivos cruciais que suscitou, na autora, o desejo de desquitar-se legalmente do seu marido.

O outro motivo que incentivou a "supplicante" a pedir o divórcio foi o abandono do lar por parte do seu cônjuge por mais de seis anos seguidos, ou melhor, ela foi abandonada desde o ano de 1913 até 1919, data em que o marido voltou para representá-la legalmente na partilha dos bens deixados pela mãe de sua esposa.

O réu, por sua vez, alegou nos autos do processo os principais motivos que o levaram a sair do lar conjugal e a não mais voltar. Um dos motivos alegados foi o não cumprimento das obrigações matrimoniais, por parte de sua esposa, enquanto ainda moravam sob o mesmo teto, que, segundo o réu, negava-se a dividir o leito conjugal com ele há mais de quatro anos, dormindo cada um em quartos diferentes. Apesar da insistência dele em tentar dividir os "lençóis matrimoniais" com a sua esposa, não houve consenso entre ambas as partes.

Entretanto, esse não foi, segundo o senhor Antonio Alves Barretto, o único motivo que o levou a sair de casa. O motivo mais grave e decisivo, que foi o estopim para o fim de seu casamento, refere-se a uma noite em que a sua esposa lançou sobre ele alguns objetos domésticos, tais como: moringues e garrafas em uma tentativa de machucá-lo fisicamente. Com esse acontecimento, o réu decidiu abandoná-la definitivamente a fim de evitar mais problemas, alegando que, se continuasse dividindo a mesma casa com a sua esposa, poderia ocorrer uma situação mais embaraçosa, visto que Dona Albertina da Motta Barretto já havia tentado contra a sua vida.

A fim de comprovar ou refutar tanto a versão dada pela autora como pelo réu, foram convocadas cinco testemunhas para relatarem o que sabiam sobre a convivência do casal. Dentre as testemunhas convocadas - todas homens, em estado civil casado ou viúvo, residentes na mesma cidade que os protagonistas da ação, com idades entre 25 e 65 anos e comerciantes - apenas três, Valentim José de Souza, José Pereira de Aguiar e Joaquim Anacleto de Oliveira compareceram ao Fórum Justiniano Filinto Bastos no ano, mês, dia e horário estipulados pelo juiz.

As três testemunhas afirmaram que o casal apresentava incompatibilidade de gênios. Duas disseram que não sabiam do abandono do lar conjugal por parte do réu; e José Pereira de Aguiar afirmou que sabia do ocorrido, pois, segundo a sua versão, viu a esposa "[...] em ata- / ques no dia em que esta / contrariedade se deu e que / motivou a retirada de / senhor Antonio Alves Bar- / retto do lar conjugal [...]" (Acção Ordinária de Desquite, f. 26r, l. 24-29). Como podemos notar, pelo trecho descrito do documento, a autora e o réu se desentenderam no dia em que ocorreu o abandono do lar por parte do cônjuge, o que, segundo a testemunha, configurava a existência de personalidades incompatíveis.

O que os envolvidos nesse processo não esperavam é que houvesse tantas reviravoltas nessa história. Exatamente no ano de 1920 foi dada uma sentença a

favor do réu, visto que a ação foi contestada, porque não foi anexada nos autos do processo a certidão de casamento dos cônjuges, fato que invalidou todos os trâmites decorridos até esse momento, porque, segundo o juiz, sem a certidão de casamento anexada aos autos do processo não havia casamento para ser dissolvido. Dona Albertina da Motta Barretto, contudo, recorreu do resultado da sentença proferida, anexando o documento que faltava e deu entrada no pedido de um novo julgamento.

Dado prosseguimento à ação interposta, foi julgado procedente o processo de desquite em agosto de 1921, pois a autora conseguiu provar, através dos depoimentos das testemunhas, das provas documentais e da confissão do réu que o abandono do lar foi voluntário, mas não o período de duração da ausência do marido. Contudo, a separação judicial foi efetivada, como desejava Dona Albertina da Motta Barretto, e o seu marido continuou morando com o seu pai, o senhor Estanislau Barretto. Entretanto, o cônjuge também recorreu da decisão judicial em uma tentativa de anular o desquite até que a partilha dos bens da sogra fosse efetivada e ele adquirisse plenos direitos sobre a herança de Dona Albertina da Motta Barretto, o que, de fato, ocorreu posteriormente: o senhor Antonio Alves Barretto recebeu, através da Justiça, 50% do valor total da herança de sua esposa.

Por fim, o pagamento dos encargos pertinentes ao advogado e todos os trâmites burocráticos envolvidos no processo da ação de desquite foram pagos pela autora, através do apoio e incentivo financeiros dados por seu pai, o coronel Agostinho Fróes da Motta, que a sustentou financeiramente ao longo dos anos em que aquela vivera separada.

Diante da narrativa, sucinta, sobre o conteúdo da Ação Ordinária de Desquite solicitada por Dona Albertina da Motta Barretto contra o seu marido, pudemos conhecer a história que envolveu o referido casal e também ficou nítido que através da edição é possível salvaguardar a memória contida em documentos escritos em tempos de outrora e/ou presentes, pois todo o patrimônio histórico-cultural é preservado das ações do tempo e das mutilações causadas por terceiros, garantindo assim que gerações posteriores à nossa também possam conhecer essa e outras histórias salvas do “mar do esquecimento”. Além disso, através da edição é conservada *ipsis litteris* toda a trama constante em documentos manuscritos, os quais estão suscetíveis à destruição não apenas do suporte material como também do

conteúdo que revelam o *modus vivendi*, o *locus*, os sentimentos e os pensamentos daqueles que produziram tais textos.

Critérios utilizados para a edição semidiplomática

Adotamos alguns critérios baseados em Queiroz (2007, p. 34), e em alguns casos, os adaptamos para a edição semidiplomática do documento selecionado.

Assim, para a descrição do documento, observamos:

- Número de colunas;
- Número de linhas da mancha escrita;
- Existência de ornamentos;
- Maiúsculas mais interessantes;
- Existências de sinais especiais;
- Número de abreviaturas;
- Tipo de escrita;
- Tipo de papel.

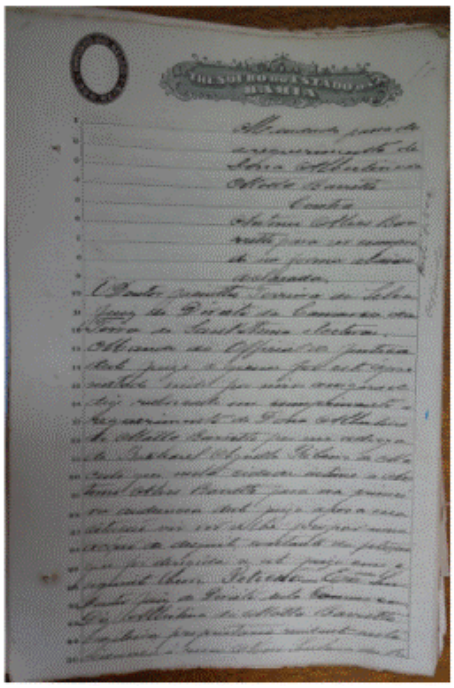
Já para a transcrição, optamos por:

- Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólios, cor da tinta utilizada[4] etc.;
- Fazer remissão ao número do fólio no ângulo superior direito;
- Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- Utilizar colchetes para as interpolações: [ ];
- Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:

4. Na edição semidiplomática, reproduzimos a cor da tinta da caneta, utilizada pelo escrivão, constante no documento.

((†)) rasura ilegível;
[†] escrito não identificado;
(...) leitura impossível por dano do suporte;
/ / leitura conjecturada;
< > supressão;
( ) rasura ou mancha;
[ ] acréscimo;
* * intervenção de terceiros.

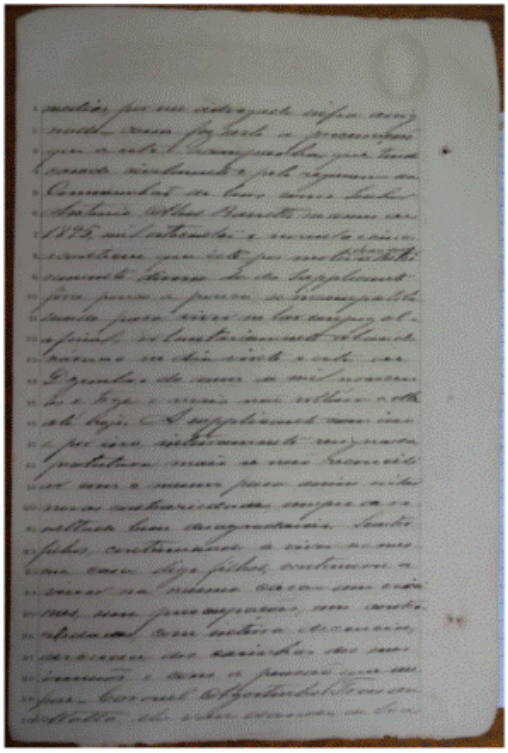
As Edições Fac-similar e a Semidiplomática



Mandado passado a requerimento de Dona Albertina da Motta Barretto. Contra Antonio Alves Barretto para ser cumprido na forma abaixo declarada. f. 10r

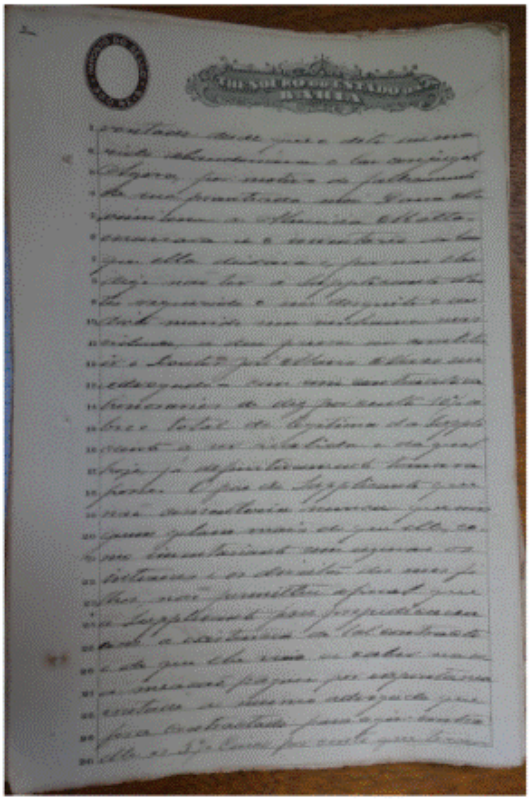
O Doutor Jacintho Ferreira da Silva Juiz de Direito da Comarca da Feira da Sant'Anna etceteras. Mando ao Official de Justiça deste Juizo a quem for este apresentado vidi por mim assignado digo rubricado em cumprimento a requerimento de Dona Albertina da Motta Barretto por seu advogado Bacharel Agnello Ribeiro de Macedo que nesta cidade intime a Antonio Alves Barretto para na primeira audiencia deste Juizo apos a sua citação vir ver se lhe propor uma acção de desquite, constante da petição que foi dirigida a este juizo com o seguinte theor: Petição: — Excelentissimo Senhor Doutor Juiz de Direito desta Comarca. Diz Albertina da Motta Barretto brazileira, proprietaria, residente nesta cidade á rua Nossa Senhora dos Re-

Parte 1.500 [Rubrica]



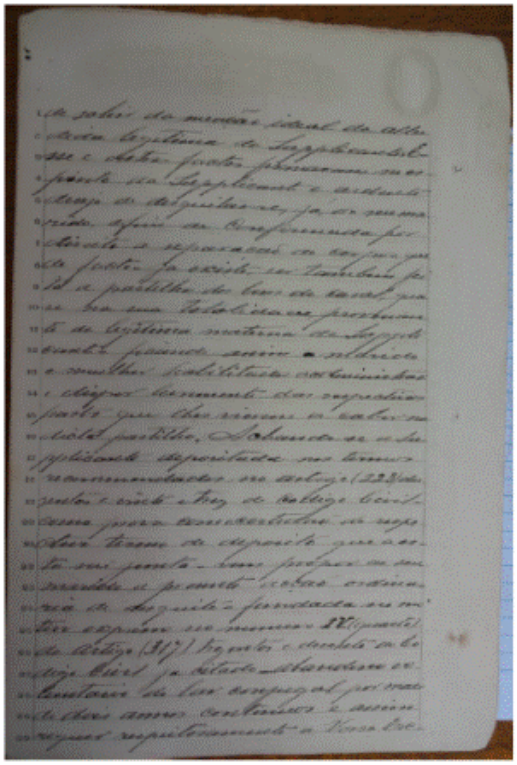
medios, por seu advogado infra assig nado_ como faz certo a procuração que a esta acompanha, que tendo casado civilmente e pelo regimem da Communhão de bens com o Senhor Antonio Alves Barretto no anno de 1895, mil oitocentos e noventa e cinco aconteceu que este por motivo do seu genio inteiramente diverso do da Supplicante fôra pouco a pouco se incompatibizando para viver no lar conjugal e afinal, voluntariamente abandonára-o no dia vinte e oito de Dezembro do anno de mil novecentos e treze e mais não voltára a elle até hoje. A supplicante com isso e por isso, inteiramente resignada, protestara mais se não reconciliar com o mesmo para assim evitar novas contrariedades, sempre de resultado bem desagradaveis. Sem ter filhos, continuado a viver na mesma casa digo filhos, continuou a viver na mesma casa, sem vexames, sem preocupações, sem contrariedades, com inteira decencia, cercada dos carinhos dos seus irmãos e com a pensão que seu pae _ Coronel Agostinho Froes da Motta, lhe vem dando, de boa

f. 10v



vontade desde que o dito seu marido abandonára o lar conjugal. Agora, por motivo do fallecimento de sua pranteada mai Dona Maximiana de Almeida Motta - encerrava-se o inventario dos bens que ella deixára e, por não lhe digo não ter a Supplicante d'antes requerido o seu desquite o seu dicto marido sem nenhuma necessidade, se deu pressa em constituir o Doutor José Maria Neves seu advogado — com um contracto de honorarios de dez por cento 10% sobre o total da legitima da Supplicante a ser recebida e da qual hoje, já definitivamente tomara posse. O pae da Supplicante que não consenteria nunca que ninguem zelasse mais do que elle, como inventariante sem rezervas os interesses e os direitos dos seus filhos, não permittiu afinal que a Supplicante fosse prejudicada com a existencia de tal contracto e do que lhe vier a caber na sua meação, pagou por expontanea vontade ao mesmo advogado que fora contractado para agir contra elle os 5% cinco por cento que teriam

f. 11r



de sahir da meação ideal da allu f. 11v
dida legitima da Supplicante. E-
sse e outros factos firmaram no es-
pirito da Supplicante o ardente
desejo de desquitar-se, já, do seu ma-
rido, afim de confirmada por
direito a separação de corpos que
de facto — ja existe, ser tambem fei
ta a partilha dos bens do casal, qua
se na sua totalidade, provenien-
te da legitima materna da Suppli
cante — ficando assim marido
e mulher habilitados a administrar
e dispor livremente das respectivas
partes que lhes vierem a caber na
dicta partilha. Achando-se a Su-
pplicante depositada nos termos
recommendados no artigo (223) du-
zentos e vinte e trez do Codigo Civil -
como prova com a certidão do respe
ctivo termo de deposito que a es-
ta vai junta — vem propor ao seu
marido a presente acção ordina-
ria de desquite _ fundada no mo
tivo expresso no numero IV— (quarto)
do artigo (317) trezentos e desesete do Co
digo Civil ja citado — abandono vo-
luntario do lar conjugal por mais
de dois annos continuos e assim
requer respeitosamente a Vossa Ex-

Considerações finais

O labor filológico é uma atividade que envolve dedicação e atenção em todos os detalhes, sejam históricos, linguísticos, codicológicos ou paleográficos concernentes ao texto. Antes de fazer a edição de quaisquer documentos, o filólogo precisa observar, descrever e sistematizar todas as características intrínsecas e extrínsecas, a fim de deixar claro para o leitor qual o estado de conservação do documento antes de ser editado, isso inclui a existência de carimbos, selos, emblemas, assinaturas, tipos de letra, manchas, borrões, rasuras, perfurações, intervenção ou não de terceiros, etc., constantes no texto, descrição esta que garante mais credibilidade ao trabalho desenvolvido filologicamente.

Assim, ao descrever extrínseca e intrinsecamente a ação ordinária de desquite de dona Albertina da Motta Barretto, a pesquisadora, autora deste artigo, selecionou os critérios para a edição semidiplomática pertinentes ao documento em questão e fez o registro dos fac-símiles, através de fotografias digitais, de todo o

texto, o que garante, para a posteridade, a manutenção da originalidade de todo o documento. Ao se transcrever todo o texto, foram mantidas todas as características linguísticas do texto, cuja edição semidiplomática poderá ser utilizada por pesquisadores de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a História, a Linguística, a Sociologia, o Direito, enfim. Dessa forma, as edições textuais vêm permitindo que outros saberes sejam trazidos à tona, a saber: a cultura e as estórias circunscritas em tais documentos, o que corrobora a cientificidade da Filologia no que concerne ao conhecimento da língua, da cultura e das sociedades que produziram tais textos em épocas pretéritas.

Referências

CAMBRAIA, César Nardelli. Crítica textual. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: _____. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007. p. 23-34.

REIS, Wagner Alves. *Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um "homem de cor" em Feira de Santana (1856-1922).* 2012. 219f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL TUCANENSE: ESTUDO FILOLÓGICO DE ATAS OITOCENTISTAS

BÁRBARA BEZERRA DE SANTANA PEREIRA (UNEB/USP)

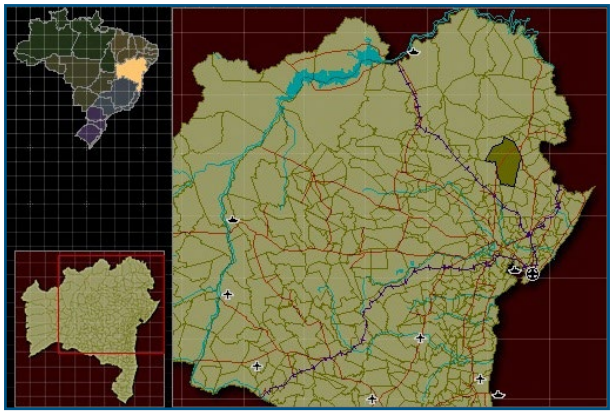
Breve histórico da cidade de tucano e de sua câmara de vereadores

Assim como outras áreas do sertão baiano, as terras onde se situa a cidade de Tucano foram povoadas a partir da criação de gado. Segundo Rocha (2010), pelos anos de 1700, foi concedido a João Rodrigues Barroso o alvará da sesmaria das terras de Tucano. No ano de 1727, "Tucano estava ainda na condição de simples aldeia de índios catequizados por missionários jesuítas, pertencente ao município de Itapicuru de Cima, cujo território faz parte do vale do rio Itapicuru" (ROCHA, 2010, p. 15). A cidade de Tucano nasce, com *status* de vila, no ano de 1837, aos 21 dias do mês de março, quando desmembrada do município de Itapicuru, porém continuando a fazer parte desta mesma comarca. Vale destacar que o manuscrito, *corpus* do presente artigo, registra os acontecimentos entre os anos de 1837 a 1876.

A partir de então, Tucano passa por algumas mudanças territoriais. Em 23 de junho de 1861, por força de decreto, a Vila Imperial de Tucano passa a ser formada por dois distritos: Tucano, enquanto sede, e o povoado de nome Razo. Em 13 de dezembro de 1890, Razo é elevado à vila e em 21 de setembro de 1904 passa a ser denominado de Araci. Em 1917, à Vila de Tucano é anexado o distrito de Triunfo. Passados quatorze anos, em 08 de julho de 1931, a Vila de Tucano é extinta pelo decreto n. 7.479, passando a ser anexada ao município de Cipó. Através do Decreto Estadual n. 8477, de 27 de maio de 1933, volta ao *status* de município com o nome Tucano, formado pelos seguintes distritos: Tucano (sede), Araci (que havia sido extinto enquanto município), Triunfo e João Vieira. Em 1938, o município perde os distritos de Araci e João Vieira e, em 1962, Triunfo, (já com a denominação de Quinjingue) é desmembrado de Tucano. (ROCHA, 2010; SEI, 2001; FALCÃO, 2001).

A cidade de Tucano encontra-se geograficamente situada na região da Bahia compreendida pelo polígono da seca. Possui uma área de 2.799.120 km^2 e, segundo o censo 2010, uma população de 52.418 habitantes. Limita-se com os municípios de Cipó, Quijingue, Nova Soure, Ribeira do Pombal e Araci. Tem como fontes econômicas: a pecuária, com a criação de bovinos e caprinos – destaque para o bode; a agricultura que aparece como uma atividade instável por causa do clima seco da região, mas se destacam as plantações de feijão, milho, sisal, mamona; o artesanato, cujas matérias-primas são, entre outras, o couro e o sisal; o turismo com a grande feira-livre, a gruta do Buraco do Vento e a Estância Hidromineral de Caldas do Jorro.

Figura 1: Mapa de Tucano



Fonte: IBGE Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat>.

Devemos, ao que se encontra escrito nas páginas do primeiro livro de atas da Câmara de Vereadores de Tucano, muito do que conhecemos acerca da formação social da cidade, assim como da história do sertão baiano. Através de suas páginas nos deparamos com aspectos da realidade vivida em uma pequena vila no Brasil do século XIX. Como bem observa a pesquisa de Ubirajara Prestes Filho, no livro que comemora os 450 anos da Câmara Municipal de São Paulo (2010, p. 12), “A documentação histórica produzida pela Câmara não é útil apenas para lembrar de forma saudosista o passado. Deve servir para auxiliar a administração da cidade no presente e incrementar estratégias para o futuro.” Englobamos esta afirmação para toda documentação produzida não só por câmaras, mas por outras instituições que possam promover reflexões e informações acerca da história dos vários rincões de nosso país.

A primeira formação da Câmara de Vereadores da “Imperial Vila de Tucano” possuía como presidente o Capitão João de Araújo Cavalcante e vereadores: Capitão Manoel José de Andrade (vice-presidente), Alferes Manoel Felix de Andrade, Capitão Pedro Alexandrino Pimentel, Barnabé Francisco de Oliveira, Capitão Pedro Alexandrino de Matos e Jose Thomaz dos Santos. Essa Câmara, que no século XIX possuía o título de “Casa de Câmara e Cadeia”, atualmente chama-se “Casa da Cidadania: Vereador Hélcio Andrade”. Ao longo de seus 175 anos, mudou algumas vezes de sede. A seguir estão os prédios da antiga (onde hoje situa-se a Biblioteca Municipal) e da atual Câmara.

Figura 2: Antiga sede da Câmara

Figura 3: Atual sede da Câmara

Fotografias: Bárbara Bezerra de Santana

As primeiras providências dessa instituição encontram-se registradas nas páginas do documento que a seguir apresentamos. Sendo assim, a história desta Câmara e, consequentemente, do município, é contada nas linhas que compõem o manuscrito que ora apresentamos.

Atas da câmara: patrimônio documental tucanense

Um livro de atas, datado dos anos de 1837 a 1876, é o *corpus* do presente trabalho. São 301 fólios contendo, além de atas, gênero textual predominante nesse documento, outros, tais como, termos de abertura, de posse e de juramento. Nesse manuscrito estão registrados, entre outros acontecimentos, a instalação da câmara, apresentação de limites geográficos, nomeações, aberturas de ofícios, requerimentos, votações, descrições de leis e regras, entre outras deliberações da então Imperial Villa de Tucano.

Figura 4: Termo abertura datado de 26 de maio de 1837

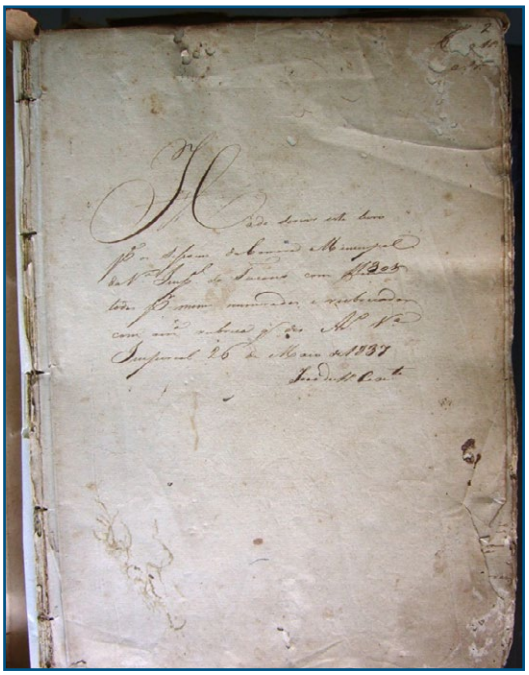
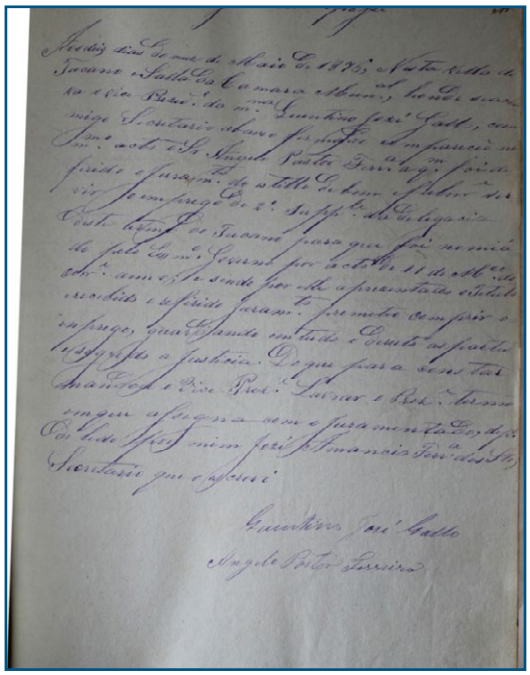


Figura 5: Termo de juramento e posse datado de 10 de maio de 1876



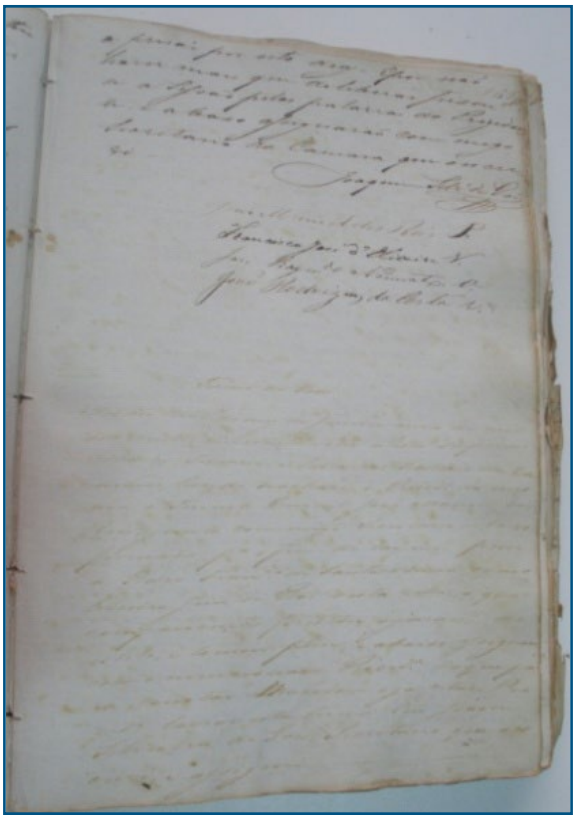
Fonte: Câmara de Vereadores de Tucano
Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

O livro encontra-se em bom estado de conservação, possuindo as seguintes dimensões 302mm X 203mm. Não possui capa, mas apresenta contra-capa de papelão grosso, desgastada pelo tempo e pelo manuseio, com algumas inscrições, tais como o nome “Joaõ”, que podem ser lidas claramente. Os fólios apresentam-se

presos por uma leve costura, estando alguns soltos. Provavelmente, por conta disso, os fólios 7, 234, 235, 236, 237,238, 239, 240, 241, 246, 247,250 e 251 não foram encontrados.

A mancha escrita apresenta-se em letra cursiva, em papel almaço amarelado, resultado de seu envelhecimento natural. A tinta utilizada apresenta uma variação no que tange à coloração, que vai do preto, passando pelo marrom, por um tom acobreado, lilás, chegando, em alguns fólios, ao quase desaparecimento da tinta. Sabemos que o fato de aparecerem fólios praticamente ilegíveis por conta do esmaecer da tinta, não é resultado do tempo cronológico (ou seja, quanto mais antigo mais claro) e sim por causa da qualidade da tinta utilizada na escrita. Temos a seguir um exemplo do fólio 167 recto cuja diferença das tintas aparece claramente.

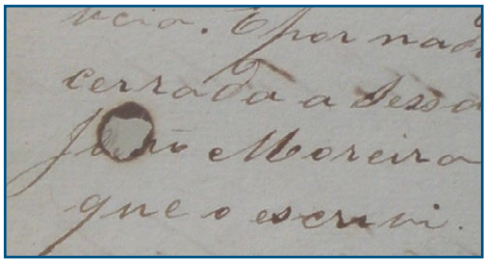
Figura 7: Tintas da mancha escrita



Fonte: Câmara de Vereadores de Tucano
Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

Podemos assinalar outros aspectos extrínsecos presentes no documento, dentre eles ressaltamos a presença de páginas borradas e furos no suporte causados provavelmente pela acidez da tinta ferrogálica. O suporte também sofreu a ação de insetos, apresentando pequenos furos em alguns fólios.

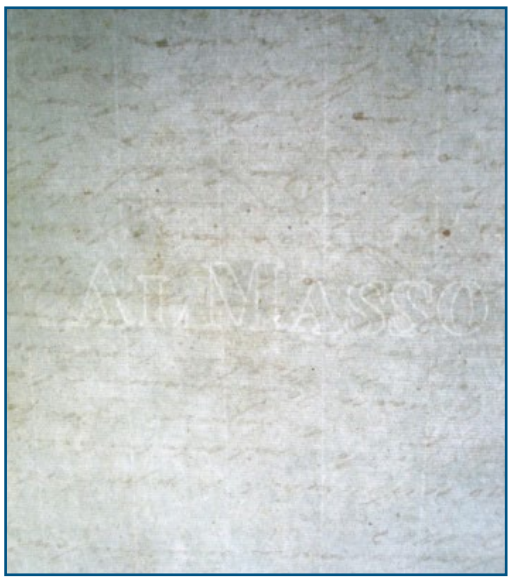
Figuras 8 e 9: Danos no suporte



Fonte: Câmara de Vereadores de Tucano
Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

As folhas utilizadas para a escrita apresentam marcas d'água com a inscrição ALMASSO e um brasão com a inscrição Gior Magnani. Vejamos:

Figuras 10 e 11: Marcas d'água



Fonte: Câmara de Vereadores de Tucano
Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

Para a realização do presente trabalho, nos amparamos nos preceitos da Filologia, ciência que possui no texto sua razão de ser, como bem ressalta Spina (1994). Além de apresentarmos algumas características de ordem paleográficas e codicológicas, como acima realizado, seguimos trazendo as edições fac-similar e semidiplomática de um dos fólios do *corpus* analisado. A edição fac-similar, nada mais é do que a reprodução mecânica do documento, neste caso, a fotografia digital. A semidiplomática, segundo Cambraia (2005), possui um grau mediano de intervenção do editor, sendo possível desdobrar abreviaturas, separar palavras unidas, unir palavras separadas, entre outras intervenções previamente apresentadas em critérios. Para a presente edição, selecionamos os seguintes critérios: Respeito à grafia do texto no que tange letras e algarismos; Indicação do número de fólios, respeitando a numeração do texto, incluindo-se recto e verso; Desdobramento das abreviaturas, apontando-as em itálico; Respeito às linhas da mancha escrita; numeração linha por linha do texto, indicando-a de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio; 5- Separação das palavras unidas e união das separadas; 6- Respeito aos sinais diacríticos; 7- Respeito à pontuação; 8- Uso da *crux desperationes* nas passagens ilegíveis [†]; 9-Uso de colchetes nas interpolações [ ]; 10- Uso de colchetes e seta direcionada para cima, para indicar acréscimo lançado na entrelinha superior [↑]; 11- Uso de colchetes e seta direcionada para baixo, para indicar acréscimo lançado na entrelinha inferior [↓]; 12- Uso de colchetes e seta direcionada para a esquerda, para indicar acréscimo lançado à margem esquerda[←]; 13- Uso de colchetes e seta direcionada para a direita, para indicar acréscimo lançado à margem direita[→]; 14- Uso de parênteses e reticências para leitura impossível por dano no suporte (...); 15- Em notas de roda-pé serão assinalados os lapsos cometidos pelo autor.

A seguir, apresentamos os exemplos das edições supracitadas:

Figura 10: Edição Fac-similar – Fólio 3r

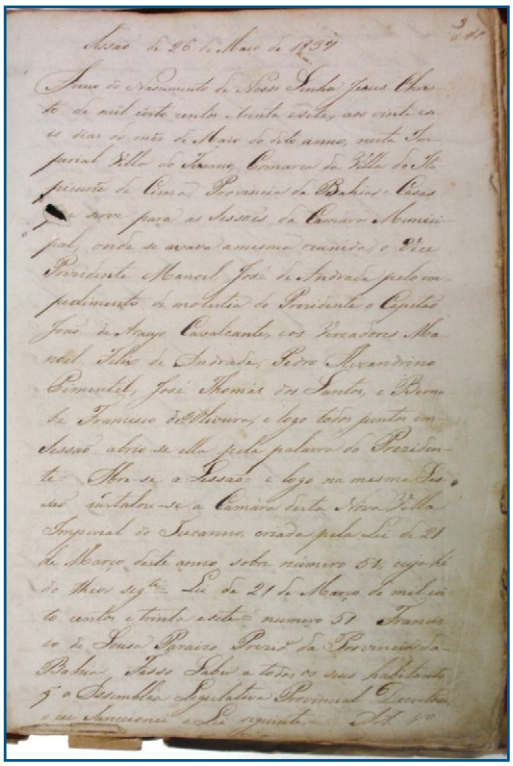


Figura 11: Edição Semidiplomática – Fólio 3r

f. 3

3

Araujo

Sessão de 26 de Maio de 1837

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chris-
to de mil oitocentos e trinta e sete, aos vinte e se-
is dias do mêz de Maio do dito anno, nesta Im-
perial Villa do Tucano, Comarca da Villa do Ita-
picurú de Cima, Provincia da Bahia. Casas
[que] serve para as Sessões da Camàra Munici-
pal, onde se axava a mesma reunida, o Vice
Prezidente Manoel José de Andrade pelo im-
pedimento de molestia do Presidente o Capitaõ
Joaõ de Araujo Cavalcante, e os Vereadores Ma-
noel Felix de Andrade, Pedro Alexandrino
Pimentel, José Thomás dos Santos, e Berna-
be Francisco de Oliveira, e logo todos juntos em-
Sessaõ abrio-se ella pela palavra do Preziden-
te = Abra-se a Sessão = e logo na mesma Ses-
saõ instalou-se a Camàra desta Nova Villa
Imperial do Tucanno, criada pela Lei de 21
de Março deste anno sobre número 51, cuja He
do theor seguinte = Lei de 21 de Março de mil e oi-
to centos e trinta e sete = numero 51 Francis-
co de Sousa Paraizo Prezidente da Provincia da-
Bahia. Fasso Saber a todos os seus habitantes
que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou
e eu Sanccionei a Lei seguinte = Artigo 1°

Fonte: Câmara de Vereadores de Tucano
Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

Geralmente, o gênero textual ata apresenta uma forma fixa. De acordo com Bellotto (2002), as atas são formadas por três seções: o protocolo inicial, o texto e o protocolo final:

> **Protocolo inicial**: número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, do local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação e declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário. **Texto**: assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. **Protocolo final**: fecho "nada mais havendo a tratar...eu...secretário lavrei a presente..." Assinaturas do presidente e secretário. (BELLOTTO, 2002, p. 48)

Com o propósito de exemplificar, trazemos a ata da sessão do dia 7 de janeiro de 1838. Vejamos:

Protocolo Inicial
Sessaõ de 7 de Janeiro de 1838 Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de ⎪mil e oitocentos e trinta e oito, aos sete dias do mêz ⎪de Janeiro do dito anno, nesta Imperial Villa do Tu⎪cano Comarca do Itapicurú da muito Leal, e Va-⎪loroza Cidade de Saõ Salvador Bahia de Todos ⎪os Santos do Imperio do Brasil, e cazas que serve⎪para as Sessoẽs da Camàra; aonde se axava re-⎪unida o Prezidente da mesma Camára, o Capi ⎪taõ Joaõ de Araujo Cavalcante, o Capitaõ Manoel⎪Jozé de Andrade, o Alferes Pedro Alexandrino Pi ⎪mentel, Barnabé Francisco de Almeida, o Capi ⎪tão Jozé Caetano de Faria, e sendo ahi todos⎪juntos em acto de Camàra abrio-se a Sessaõ pe-⎪las palavras do Prezidente. Abre-se a Sessaõ

Texto
E logo na mesma Sessaõ foi aberto hum officio ⎪remettido a esta Camàra pelo Excellentissimo Pre- ⎪zidente da Provincia, com data de onze de Dezem- ⎪bro de mil e oitocentos e trinta e sete proximo passa- ⎪do; cujo officio constava, ou consta de esta mesma ⎪Camàra dar as providencias para organização da Guar- ⎪da Nacional, e de tudo fazer participante ao Governo ⎪e por naõ haver mais nada à fazer feixou-se a Sessaõ ⎪pelas palavras do Prezidente.

Protocolo Final
Feixa-se a Sessaõ, ⎪e de tudo para constar mandou o dito Prezidente ⎪lavrar a presente Acta, em que todos se assig- ⎪naraõ digo em que assignou o Prezidente, e os Vere- ⎪adores, e Eu Manoel Pereira de Oliveira Secre-⎪tario da Camàra que o escrevy.⎪ Ar*aujo*o P*rezidente* Andr*ad*e V*ereador* FariasV*ereador* Oliver*i*aV*ereador* Pimen*t*elV*ereador*

Conclusão

Ao desenvolvermos um trabalho de natureza filológica, confirmamos a assertiva de que são infindáveis os caminhos pelos quais um texto pode nos conduzir. Esta conclusão denota vários começos, pois o trabalho de edição de um texto torna-se base para outras pesquisas. Para a área dos estudos linguísticos, por exemplo, surgem novos *corpora* para análises lexicais, semânticas, morfossintáticas, discursivas, entre outras.

Sabemos que ainda há muito que ser desvendado e analisado no *corpus* aqui apresentado, bem como em muitos outros documentos que estão ainda escondidos ou esquecidos em estantes, gavetas, porões... de câmaras, prefeituras, igreja, arquivos públicos ou particulares... esperando o momento de voltarem à luz, através do cuidado de um trabalho filológico.

Referências

CAMBRAIA, César N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FALCÃO, Márlio F. Pelosi. *Pequeno dicionário toponímico da Bahia*. Fortaleza: Gráfica Santa Helena, 2001.

IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes aos municípios baianos, fornecidos em meio eletrônico. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 10 maio 2012

QUEIROZ, Rita de C. R. A crítica textual e a recuperação da história. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, n.1, p. 64-79, 2005.

ROCHA, Rubens. *História de Tucano*. Feira de Santana: [s.n.], 1978.

_____. *Câmara Municipal de Tucano*: primeiras providências, atos e realizações desde 26 de maio de 1837. Tucano: Tibiriçá Gráfica Rápida e Editora, 2010

SÃO PAULO (SP). Câmara Municipal. *Câmara Municipal de São Paulo* : 450 anos de história / Câmara Municipal de São Paulo ; texto e pesquisa Ubirajara de Farias Prestes Filho. São Paulo, 2010.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2. ed. São Paulo: Ars Poética, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.